

RELATÓRIO FINAL DO  
V CONGRESSO

Salvador, 19 a 24 de Janeiro de 1986.

## **DOCUMENTO FINAL**

### **Apresentação**

O presente documento foi elaborado pela Secretaria Geral da ANDES, a partir da Ata do V Congresso Nacional e contém os textos consolidados e as resoluções aprovadas pelas plenárias do Congresso.

### **TEMA 1 – CONJUNTURA NACIONAL E MOVIMENTO DOCENTE**

O movimento docente vem fazendo, desde antes mesmo do desfecho do Colégio Eleitoral, a caracterização do governo instalado em 15 de março, como um governo de transição marcado pela contradição entre as suas propostas da abertura política e institucional e o perfil marcadamente conservador de sua base de sustentação política e parlamentar.

Desde o CONAD de Cuiabá e especialmente no Congresso de Vitória se apontava que o discurso liberalizante, para além da dimensão retórica, indicava o reconhecimento da enorme pressão social pela democratização – sintetizada na Campanha pelas Diretas - e da necessidade de algum nível de atendimento a essa pressão, que garantisse ao novo governo o mínimo de legitimidade necessária para levar a cabo o projeto de uma transição conservadora.

Combinar uma relativa abertura a nível político e institucional com a manutenção das políticas sociais de fundo já era uma estratégia clara do governo. A ela o movimento docente opunha com lucidez a necessidade de avançar na articulação autônoma dos movimentos sociais e dos segmentos organizados da sociedade civil.

O inegável avanço no espaço político institucional não foi suficiente, entretanto para consolidar as transformações de fundo reclamadas pela sociedade. O adiantamento da renegociação da dívida com o FMI, de cuja discussão o Congresso permanece afastado, apresentado como a afirmação de uma atitude de independência, mascara o fato real da prorrogação de um acordo lesivo para o país e fora das condições atuais do próprio mercado financeiro internacional.

O desfecho de abril, com a substituição do articulador da transição pelo seu vice – presidente, Sarney, frágil individualmente e carente de base política significativa, não alterou significativamente a trajetória e as estratégias governamentais.

A situação política ao longo deste primeiro ano de governo só pode ser avaliada como resultado do embate entre propostas conflitivas e forças políticas com interesses distintos ou antagônicos. Eis o quadro de um governo que, pelo próprio perfil de sua base de apoio, tem a necessidade de administrar esses conflitos, evitando sua radicalização.

A liberdade partidária, o reconhecimento de fato das Centrais Sindicais e a realização de eleições diretas para as prefeituras marcou uma inegável ampliação do espaço democrático que, embora pudesse estar prevista na estratégia governamental, não se caracterizaria sem a pressão do movimento popular e democrático.

É fundamental ter claro que o atual governo se diferencia dos anteriores, por ser necessariamente mais permeável à pressão social organizada. Impedido, pela sua própria composição, de opor – se diretamente àquela pressão, lançou mão fartamente do recurso às “Comissões de Alto Nível”, cujo objetivo fundamental é contornar a mobilização social direta, tentando esvaziar a representatividade das entidades da sociedade civil, deslocando assim o embate político próprio de

uma sociedade democrática para o terreno “técnico” dos “especialistas” dos gabinetes ministeriais.

A política salarial permanece intocada a nível institucional e se a política de arrocho está sendo mudada na prática, isso se deve ao intenso movimento grevista das diversas categorias de trabalhadores, e, portanto está na dependência do nível de organização de cada categoria. Não há modificação na Lei de Greve e permanece intocada a estrutura sindical corporativa.

No caso da Reforma Agrária é hoje evidente que a proposta apresentada pela Presidência da República, baseada no Estatuto da Terra do Governo Castelo Branco, teve como objetivo esvaziar a campanha nacional que seria deflagrada a partir do Congresso da CONTAG; como resultado a reação orquestrada de latifundiários e dos setores retrógrados da sociedade e como saldo, a demonstração de que o governo não está devidamente aparelhado para levar adiante qualquer reforma de caráter social, mesmo aquelas como a Reforma Agrária, reconhecidas por setores do próprio capital como necessárias para a modernização da estrutura capitalista do país.

A Reforma Universitária apontada por Tancredo Neves como uma das prioridades do seu governo, está marcada pelo mesmo jogo diversionista e pela tentativa de deslocar o debate do terreno próprio das entidades para o espaço do “especialistas” cuja “representatividade” é conferida pelo próprio governo e não pelos segmentos organizados da Universidade, a quem se tenta minimizar.

É a Constituinte, entretanto que expressa de forma mais cabal as contradições e os limites de do projeto político da Aliança Democrática. Inicialmente utilizado como pretexto par o adiamento do processo democratização, postergando a remoção do chamado entulho autoritário, a Constituinte chega à sua convocação diminuída pela Comissão,

descaracterizada pela concessão de poderes constituintes ao Congresso Nacional, diluída pela indefinição de um prazo para os seus trabalhos e tutelada pela permanência de um Presidente da República que, além da ilegitimidade de seu mandato preserva à sua disposição todo o arsenal sobrevivente dos instrumentos de exceção.

As eleições de novembro, ainda que relativizado o fato de concentrada nas capitais – de tradição oposicionista – mostraram um alto grau de rejeição popular ao imobilismo do governo até agora incapaz de – ou desinteressado em – cumprir as promessas de mudanças que catalisaram a Campanha das Diretas e em nome dos quais se pediu o realismo do respaldo ao recurso do Colégio Eleitoral. A ilegitimidade do desempenho agrava a ilegitimidade da origem.

Se é evidente que esse processo eleitoral marcou um caro esforço de reorganização dos setores conservadores, é significativo que mesmos estes tenham produzido um discurso agressivamente oposicionista de reclamação das mudanças não realizadas como instrumento necessário para a conquista do voto popular. Como reação ao resultado das eleições já se gesta uma reacomodação da base de apoio ao governo. O dado significativo para o desenvolvimento de uma conjuntura marcada a curto prazo por eleições quase gerais – deputados estaduais e governadores, deputados federais e senadores que serão também constituintes – é que, a se confirmar a tendência anunciada na recomposição ministerial, aumentará significativamente o fosso entre a política governamental e as expectativas de mudanças das massas populares.

Cabe assinalar que esse fosso estará se dando num quadro de uma situação econômica acirrada pela expectativa de uma explosão inflacionária acima dos limites até hoje conhecidos.

Neste quadro econômico, institucional e político, a condição essencial, tanto para o avanço na conquista de condições de vida e trabalho

mais dignas quanto para a ampliação dos espaços democráticos na vida da sociedade brasileira, permanece sendo o esforço de articulação dos movimentos sociais e populares organizados de forma autônoma em relação ao aparato institucional e político de sustentação do governo.

## **1.1 – CONSTITUINTE**

A atual questão Constituinte é um processo iniciado com a maciça participação popular nos comícios pelas Diretas Já.

Eliminada a questão da convocação das eleições diretas para a Presidência, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) constitui o principal pólo de articulação política entre o plano partidário e as organizações da sociedade civil com vistas à democratização do país. Desde o Congresso de Vitória a ANDES por opção unânime dos docentes, se engajara na luta supra partidária pela convocação de uma ANC livre e soberana. Os docentes se engajaram ao lado da OAB, CNBB, e dezenas de outras entidades com aqueles partidos ou setores que apontavam para essa Constituinte soberana.

A partir dos primeiros meses do ano formaram – se, em nível regional e estadual, e posteriormente nacional, os comitês Pró – Constituinte. Ao mesmo tempo o empenho da Aliança Democrática na postergação da data de convocação da Constituinte para 1986, na sua associação com o Congresso Nacional e na sua determinação a partir de uma “Comissão Constituinte de Alto Nível”. Identificada com clareza esta posição dos setores de apoio ao governo, articula – se a sociedade e, em São Paulo, numa ação conjunta com a OAB com a presença de dezenas de entidades, sindicatos, parlamentares e personalidades, é lida a “CARTA DOS BRASILEIROS AO CONGRESSO NACIONAL E A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA”, propondo a convocação de uma ANC independente do

Congresso e sustentada a partir da maciça participação, através de Conselhos Constituintes Populares Municipais e Regionais. Desencadeia – se uma campanha de publicidade com a proposta “Constituinte sem povo não cria nada de novo”. Organiza – se uma caravana a Brasília, para o acompanhamento da votação da emenda convocatória do Executivo. O Congresso constitui comissão parlamentar para estudar a emenda do Executivo, cujo relator Dep. Flávio Bierrembach, após ouvir representantes da sociedade, opta pela Assembléia Constituinte convocada independente do Congresso. É destituído e substituído “ad – hoc” por novo relator que apresenta a emenda Ghiavorina, aprovando uma Constituinte congressual em 15 de novembro de 1986.

O episódio constitui grave perda da sustentação política para o governo entre os setores que embora sensibilizados com a participação popular nas “Diretas Já”, apoiaram a votação no colégio Eleitoral com a perspectiva de uma reorientação estrutural do país num processo constituinte. Além disso, aguçou os descontentamentos com o governo da Aliança Democrática.

De um lado passo – se a identificar a posição governista a Constituinte, livre e independente como tentativa de preservar a base atual de sustentação da Aliança Democrática, principalmente mantendo a correlação de forças no Congresso Nacional que seria alterada numa votação Constituinte independente. Por outro lado, interpretou – se os esforços governamentais como forma de desarticular os setores populares da sociedade civil e os próprios partidos, obstruindo sua organização autônoma em torno de suas reivindicações básicas. A própria “Comissão de Notáveis”, é uma forma de esvaziar a representação autêntica. A frustração da Constituinte somam – se outras, como a da reforma Agrária, Reforma Sindical, etc.

Cabe ao movimento Docente:

1. Denunciar forte e sistematicamente o caráter da Constituinte que vamos ter; atrelada e comprometida com a consolidação do poder estabelecido e, portanto, comprometida com o travamento das mudanças pelas quais nosso movimento vem lutando.
2. Denunciar o autoritarismo que dominou sua convocação.
3. Denunciar a pressão econômica e a formação de “lobbies” empresariais visando à eleição de constituintes.
4. Denunciar a nomeação da “Comissão de notáveis” por se caracterizar como uma ingerência do executivo na soberania da Constituinte.
5. Reafirmar sua posição de apoio a uma Constituinte, livre, soberana e executiva, precedida da remoção do entulho autoritário.
6. Lutar pela exclusão de senadores eleitos em 1982 da constituinte.
7. Levar, através da Diretoria da ANDES à Presidência da República, ao Congresso e aos setores interessados a necessidade de estabelecer as pré – condições e se articular com setores sociais para conquista – lãs, no sentido de defender o caráter soberano e democrático da Constituinte. São elas:
  - a) Fim de todo aparelho de repressão política;
  - b) Total liberdade partidária e sindical;
  - c) Abolição de toda a legislação repressiva política;
  - d) Estender o direito de voto aos soldados e marinheiros;
  - e) Revisão das representações estaduais no Congresso Nacional;

- f) Lei eleitoral que coíba o poder econômico e assegure igualdade de condições aos candidatos à Constituinte;
- g) Revisão dos critérios de proporcionalidade vigentes para a eleição dos constituintes e congressistas.

8. Buscar mecanismos de participação efetiva na Constituinte através da elaboração de uma plataforma educacional.

**I** – O movimento docente considera tarefa prioritária dar contribuição significativa na elaboração de propostas sobre educação, cultura, ciência e tecnologia, bem como organizar a participação de seus militantes no processo constituinte e assume o compromisso de lutar para atingir esse objetivos através:

a) Da articulação com os setores progressistas da educação brasileira de uma plataforma educacional para a constituinte;

b) Da eleição de uma Comissão Nacional e da recomendação de criação de comissões locais nas AD's para coordenar o processo de elaboração da plataforma;

c) Da indicação para as AD's a formação de fóruns estimulando a discussão da plataforma educacional para a nova Constituinte;

d) Da indicação de um cronograma de discussão e preparo de um documento docente a ser levado ao CONAD em julho de 1986, relativo à Constituinte;

e) Da indicação de um encontro nacional de educação, após o CONAD supra mencionado, promovido por suas entidades nacionais, com o objetivo de organizar a participação do setor no processo constituinte;

f) Da elaboração de um dossiê sobre a plataforma a ser apresentada no CONAD e na CBE em Goiânia;

g) Da realização de uma Semana Nacional nas Universidades Pró – ANC livre e soberana (fim de abril / maio).

Desta forma, o Movimento Docente elaborará uma plataforma educacional através de suas instâncias de deliberação, e a ANDES de posse desta plataforma, deve articular com outras entidades educacionais a luta pela implementação de uma plataforma comum com vistas à Constituinte.

**II – Luta por uma plataforma geral contendo:**

a) A explicação de garantias constitucionais dos direitos ao ensino público e gratuito para todos, assegurado pelo Estado. A gestão democrática das escolas.

b) A previsão na Nova Constituição de uma destinação percentual mínima do orçamento da união, Estados e Municípios para a Educação, que atenda às necessidades públicas do setor (a ser definida em estudo posterior).

c) A incorporação na Nova Constituição, da plena liberdade e autonomia sindicais em relação ao Estado e direito irrestrito de greve, inclusive para os servidores públicos.

d) A garantia de aposentadoria integral.

1.

### **Encaminhamentos**

a) Elaborar uma plataforma educacional que se articule com a plataforma mais geral dos trabalhadores para a Constituinte.

b) A ANDES, de posse destas propostas, deve dirigir – se aos partidos políticos para cobrar posicionamento os mesmos e propor debates sobre as matérias referentes à Constituição.

c) Aprofundar a discussão sobre autonomia sindical, estabilidade no emprego, definição dos poderes da República, parlamentarismo e presidencialismo, direitos e liberdades sindicais, direito de propriedade rural e urbana, defesa da soberania nacional, papel das forças armadas, política educacional, cultural, científica e tecnológico voltada para os interesses nacionais e populares, liberdade partidária, ensino público e gratuito.

d) Impulsionar a organização de Comitês Constituintes, como por exemplo, o comitê de Educadores Pró – Constituintes popular.

e) Veicular na prática docente (principalmente em sala de aula) discussão sobre a Constituinte e suas conseqüências sobre a sociedade.

f) Apoiar e trabalhar efetivamente pela eleição de constituintes, (independente de partido) de fato comprometidos com as propostas de educação, em especial do ensino público, e com a proposta mais geral dos trabalhadores.

## **1.2 DÍVIDA EXTERNA**

a) Lutar pela suspensão imediata do pagamento da dívida externa até que se realiza um processo de discussão e deliberação democrática a nível nacional, que defina uma política de enfrentamento da dívida na perspectiva da soberania nacional e dos interesses populares.

b) Defender o rompimento com o FMI.

## **1.3 DIRETAS 86**

a) Articular a mobilização pela Constituinte com a luta para eleições diretas para presidente em 1986.

- b) Articular a campanha para diretas em 86 com outras entidades, inclusive na elaboração do manifesto.
- c) A ANDES deverá elaborar manifesto para ampla divulgação da campanha.

Aprovado por maioria

#### **1.4 MOVIMENTO SINDICAL**

O avanço do movimento reivindicatório dos trabalhadores e a consolidação de suas articulações sindicais durante 1985 demonstraram a correção da política da ANDES em relação ao movimento sindical, centrada na defesa da perspectiva de unificação do movimento sindical em torno das lutas concretas dos trabalhadores. Na convocação de manifestações unitárias no 1º de maio, na luta pela Reforma Agrária, na campanha nacional pela trimestralidade dos reajustes salariais e, mais recentemente, na primeira experiência recente de uma campanha salarial unificada, inter – categorias, a CUT e a CONCLAT, sem abrir mãos de suas posições e sem esconder suas divergências, deram uma demonstração da necessidade e da importância da unificação em torno de lutas concretas para garantir o avanço da classe trabalhadora na satisfação de suas reivindicações.

O V Congresso da ANDES reafirma a posição da entidade de defesa e de empenho na busca da unidade dos trabalhadores brasileiros em suas lutas concretas.

Reafirma a necessidade inadiável de rompimento da estrutura sindical vigente, cerceadora da independência e autonomia do movimento dos trabalhadores, e propôs a realização, este ano, de um Fórum Nacional Unitário para definir a posição do movimento sindical sobre a legislação trabalhista e sindical. Cabe definir formas de garantir a consolidação do texto constitucional, dos princípios da independência e autonomia sindicais,

bem como buscar uma estratégia conjunta de atuação visando obter na Constituinte a aprovação de princípios de ordenação social, política e econômica que atendam as necessidades das massas trabalhadoras do país.

Propõe a imediata de uma Campanha Nacional para exigir do governo o envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei substituindo a lei anti – greve pelo reconhecimento legal desse instrumento de luta dos trabalhadores. O fim da lei 4330 não é apenas um suporte da solidariedade com as demais categorias de trabalhadores, mas uma necessidade básica do processo de organização dos professores, especialmente na rede particular.

A ANDES se manifesta diante da classe trabalhadora e do Congresso Nacional de forma firmemente favorável à imediata homologação da Convenção 87 da O.I.T, ora em tramitação no Senado Federal.

A ANDES entende que é necessário eliminar os pilares em que está assentada a estrutura sindical corporativa e atrelada. Entre estes destacam – se o poder de intervenção do Ministério do Trabalho, a obrigatoriedade do estudo padrão e o imposto sindical. Cada categoria estatutária deve definir, sem qualquer ingerência do Estado, a organização estatutária de suas entidades, assim como deverá estabelecer planos e prazos para a substituição do imposto sindical, baseados no princípio da sustentação voluntária das entidades pelas respectivas categorias.

A ANDES reafirma a exigência do fim do impedimento legal à sindicalização dos funcionários públicos, impedimento repressivo e discricionário. O processo de organização sindical dos funcionários públicos deve se dar já no bojo da construção de uma nova estrutura sindical, democrática e desatrelada. Essa nova estrutura deverá estar presente nos princípios básicos da independência e da autonomia, democracia interna e estar apoiada na organização de base por local de trabalho.

No caso específico dos professores do ensino superior cabe a ANDES assumir uma política coerente com o entendimento de que ela já é o instrumento sindical e político construído pelo movimento da categoria para a defesa de seus interesses matérias e políticos, continuando a luta pela unificação de categoria à nível nacional e alinhando – se claramente as forças do movimento sindical que avançam no processo de implosão da estrutura sindical atrelada.

## **Encaminhamentos**

### **1. Primeiro de maio**

Que a ANDES e as AD's participem efetivamente das comemorações de 1º de maio.

### **2. Campanha Nacional de Luta pelo Movimento Sindical**

Que a ANDES e as AD's discutam a participação efetiva na campanha nacional de luta da CUT, a saber:

- a) Redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução do salário;
- b) Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores;
- c) Salário;
- d) Salário mínimo real de acordo com a DIEESE;
- e) Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

### **3. Filiação a uma Central Sindical**

a) Que a ANDES promova um amplo debate em 1986 sobre movimento sindical, indicando as AD's que realizem Assembléias Gerais em

1986, com o objetivo específico de deliberar sobre a ou não a uma Central Sindical;

b) Que no próximo Congresso da ANDES tenha em pauta a deliberação sobre a filiação ou não uma central sindical;

c) Que seja aberto um espaço no Boletim da ANDES, a partir do próximo número, para as Centrais Sindicais expressarem suas posições sobre o movimento sindical, contribuindo assim para o debate sobre a questão da filiação da ANDES a uma Central Sindical.

#### **4. Constituinte**

Que a luta pela participação na constituinte a ANDES e as AD's assumam a discussão da liberdade e autonomia sindical, e o enquadramento dos servidores públicos nela.

#### **5.**

Que a ANDES e as AD's participem dos Fóruns Intersindicais a se realizar em 86.

#### **6.**

Que a ANDES participe de luta pela unificação desta base.

#### **7. Convenção 87 da O.I.T.**

Que a ANDES e as AD's assumam a campanha pela ratificação imediata da convenção 87 da O.I.T., com ampla discussão nas bases.

### **1.5 REFORMA AGRÁRIA**

#### **Encaminhamentos**

1. O Movimento Docente deve denunciar o Plano de Reforma Agrária do governo por não atender as reais necessidades dos trabalhadores rurais, pois preserva o latifúndio e expressa inclusive um recuo ao Estatuto da Terra vigente.
2. A ANDES deve pronunciar – se por uma Reforma Agrária ampla massiva e controlada pelos trabalhadores, incluindo a demarcação e respeito à terra indígena.
3. A ANDES deve manifestar apoio e solidariedade efetiva à luta e reivindicações dos trabalhadores, mobilizando pessoal especializado das IES para assistência à saúde, tecnologias de plantio e construção.
4. Que a ANDES mantenha um apoio firme às entidades envolvidas na luta por uma reforma agrária que corresponda às reais aspirações do povo brasileiro, participando dos comitês, promovendo debates e outros eventos.
5. Que as AD's organizem seminários e debates com a participação de sindicatos rurais e associações ligadas à questão da terra, colaborando dessa maneira com a discussão e o entendimento da necessidade de uma reforma agrária que atenda aos interesses dos trabalhadores.
6. Que seja mantido e agilizado o grupo sobre Reforma Agrária criado por ocasião do CONAD de Niterói.

## **TEMA 2 – UNIVERSIDADE**

### **2.1 REESTRUTURAÇÃO**

As conclusões desse item da pauta foram divididos em quatro sub-  
itens, conforme proposta dos grupos aprovada pelo plenário, a saber:

1. Discussão sobre o texto “A luta em 86” (pág 8 – bol. Nº 24).
2. Discussão sobre o texto “Avaliação do Documento da Comissão” (idem).
3. Encaminhamentos quanto à Proposta das AD ‘s e da ANDES e Documento da Comissão do MEC – sobre a reestruturação.
4. Propostas Adicionais sobre reestruturação.

Os textos referentes aos sub-itens 1 e 2 forma objetos de emenda, aditivos e substitutivos que, após debate do plenário foram aprovados por ampla maioria ou unanimidade. Seguem as redações finais incorporadas todas as alterações aprovadas.

Registro –se a maior polêmica em relação aos encaminhamentos com as diversas propostas constando do Relatório Consolidado e outras mais sugeridas em plenário. Ao final foi possível consolidar uma proposta única de texto que consta no sub – item três.

As propostas adicionais constituem encaminhamentos; resultam em parte das propostas apresentadas pelos grupos e em partes surgidas em plenário sem se registrarem confrontos de redação de seus pontos que foram aprovados por ampla maioria ou unanimidade – sub – item 4.

### **2.1.1 A LUTA EM 86**

A reestruturação da universidade no âmbito do movimento docente foi marcada em 1985:

1. Pela iniciativa de realizar a discussão de forma autônoma e independente articulado com outros setores sociais a partir do IV Congresso Nacional da ANDES;

2. Por uma consolidação das propostas dos docentes na “Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira” durante o XI CONAD, publicado no Boletim da ANDES nº 23;

3. Pela continuidade da implementação da reestruturação das IES no seu dia – a – dia, através dos processos de democratização interna, tendo em vista a realização de uma série de lutas (principalmente no setor das Estaduais) objetivando principalmente a modificação das relações de poder no interior das universidades através da mudança do Regimento e do Estatuto destas IES;

4. Pela implementação na prática da “Proposta das AD’s e da ANDES” no âmbito das Fundações Federais;

5. Pelo início do processo de controle público sobre as verbas de custeio e capital para as IES Federais, uma vez que a pressão do movimento obrigou o Ministério a revelar os montantes que estavam sendo destinados a cada instituição;

7. Pela denúncia e combate ao lobby privatista fortemente instalado no Ministério.

No nível do Ministério de Educação a iniciativa principal foi a constituição da comissão de assessores, conhecida como “Comissão de Alto Nível”, encarregada de oferecer subsídios à formulação de uma política do Ministério, como define o decreto que a criou.

Além disso, a sua ação foi no sentido de abrir espaço para o “lobby” privatista que tem no Secretário do Ensino Superior, Sr. Gamaliel Herval, um seu representante dentro do Ministério.

Por outro lado a partir da pressão do movimento docente, o MEC viu – se forçado a acatar as eleições diretas nas IES a partir da luta organizada pelas suas comunidades, a reconhecer a justeza da “Proposta das AD’s e da ANDES” durante a greve das fundações, a publicar o volume de verbas destinada a cada IES.

É nítido que, se por um lado o Ministério conseguiu, a nível de opinião pública, gerar a imagem de que ele deteve a iniciativa do processo de reestruturação da universidade, na prática as iniciativas no sentido da implementação da reestruturação pertenceram ao movimento, e garantiram importantes conquistas.

Para 1986 o Ministério já tem algumas definições. No dia 21 de novembro de 1985 já anunciava à Diretoria da ANDES que pretendia elaborar Projetos de Lei para serem remetidos ao Congresso logo no início de março, a partir das discussões do documento da “Comissão de Alto Nível”, que seriam realizados no período de dezembro de 1985 a fevereiro de 1986. O Ministério busca, portanto, a iniciativa.

Só as ponderações da Diretoria da ANDES o demovem a realizar as “discussões” durante as férias escolares. Ficou estabelecido que antes da elaboração dos Projetos de lei, as discussões ocorreriam no próximo semestre letivo.

Para o movimento é fundamental realizar esta discussão, a partir da Comunidade Universitária, e manter a iniciativa no processo de implantação da reestruturação.

Não pode, portanto, o movimento desenvolver discussão apenas tendo em vista a elaboração de projetos de lei.

A implantação da reestruturação no âmbito das IES impõe a continuidade da luta pela democratização interna através da escolha de dirigentes. A conjuntura interna as IES, marcada nos anos de 1984 e 1985 por um grande número de eleições diretas, e a conjuntura nacional que tem

1986 como o ano da Constituinte, indicam claramente que a implantação da reestruturação em 986 se dará também pela preparação e realização de estatuintes internas.

Será importante que a implantação de reestruturação da 'Universidade passe' por estatuintes que deverão se caracterizar pela sua composição democrática em que participe toda comunidade Universitária. Estas estatuintes deliberativas para as suas respectivas universidades e não novos mecanismos consultivos para os órgãos de poder existentes.

Além disso, é óbvio que as discussões em torno da universidade deverão destacar os pontos que deverão ser inseridos na nova Constituição.

Desta forma, as discussões devem ter como objetivos:

1. A implantação imediata da reestruturação sendo desenvolvidas no bojo da preparação de estatuintes internas ou na sua realização inclusive com a paralisação das atividades acadêmicas para tal fim. Este sentido prático possibilitará a mobilização dos docentes discutindo – se assim a Proposta das AD's e da ANDES, o Documento da Comissão do MEC e outras que vierem a ser lançadas.

2. A localização de questões que possam ser solucionadas através de projetos de lei imediatamente. A partir desses pontos deverão ser elaborados os projetos.

3. A detecção das questões a serem levadas à Constituinte, com a formulação de propostas.

É evidente que estes três planos de discussão se articulem e devem, para gerar resultados concretos, estar vinculados a um cronograma nacional. Este programa tem no CONAD que se realizará no primeiro semestre o seu desfecho natural. Nesta ocasião deverão ser fechadas as propostas para a Constituinte e os projetos de lei.

Confrontando as propostas para a universidade brasileira do MD e do MEC, que o eixo de lutas do MD em 1986 se constitua de:

1. Independência frente às formas de dominação vigentes, entendendo que estas formas de dominação contra as quais lutamos não se manifestam apenas por meio da ingerência direta do poder na universidade, mas também através de mecanismos mais sutis de reprodução da ordem estabelecida;

2. Democratização em sentido amplo, entendendo que democratização da universidade não passa apenas pelo processo eleitoral direto, mais também inclui: a democratização do acesso à universidade (ampliação do acesso, concursos, vestibulares); a melhoria da qualidade de ensino de 1º e 2º graus; controle da gestão orçamentária e a descentralização das verbas destinadas à Universidade; o controle social e político da vida universitária pela respectiva comunidade, bem como o compromisso da universidade com as necessidades e os interesses da maioria da população.

3. Unificação da carreira articulada com isonomia salarial, buscando agregar o maior número possível de universidades, fazendo avançar o processo de unificação já iniciada em 1985.

Que a ANDES, na luta pela democratização da universidade brasileira tenha como bandeira de luta formas alternativas de educação para as classes trabalhadoras, via extensão e pesquisa – assessoria aos sindicatos, associações de moradores, centros de cultura popular, associações de classe, etc. – revertendo para o ensino.

## **Encaminhamentos**

### **1. Cronograma Nacional para o 1º Semestre**

Que a Diretoria da ANDES elabore um documento contendo uma análise crítica comparativa da “Proposta das AD’s e da ANDES” e do “Documento da Comissão do MEC”, bem como de outros documentos já existentes sobre a Reestruturação da Universidade Brasileira, com o objetivo de subsidiar a discussão que está se processando no âmbito da Comunidade Universitária.

Esse documento, contemplando as diversas contribuições das AD’s, será a elas remetido até o final de fevereiro para ser debatido junto às comunidades Universitárias.

A ANDES e as AD’s promoverão, em conjunto, uma Jornada nacional sobre a Reestruturação da Universidade Brasileira nos dias 16 e 17 de abril, ocasião em que serão elaborados relatórios conclusivos pelas AD’s e encaminhados a ANDES até o final de abril. O documento inicial, enriquecido pelos debates através dos relatórios consolidados, será finalmente objeto de deliberação pelo XIII CONAD a ser realizado em São Paulo na primeira quinzena de junho.

O documento final deverá ser divulgado pela imprensa, no Congresso Nacional, nos partidos políticos e nos movimentos sociais organizados como subsídio do Movimento Docente ao MEC, ao debate da Constituinte e à sociedade civil como um todo.

A ANDES e as AD’s deverão articular mecanismos de pressão junto aos congressistas e aos partidos políticos no sentido de seu comprometimento com as propostas do MD. Também será aproveitado o espaço da SBPC para uma mesa – redonda onde será debatido o documento.

Fica desse modo reafirmada ao MEC a exigência de um prazo mínimo de seis meses para discussão ampla e democrática nas bases sobre a Reestruturação da Universidade Brasileira.

## **2. Outros**

a) Que a ANDES colete, sistematize e divulgue as experiências de democratização já vividas pela Comunidade Universitária, principalmente quanto a eleição de dirigentes, reformulação de estatutos e regimentos, Congressos e Estatuintes Universitárias, com o objetivo de estimular a implantação efetiva das mudanças pelas quais luta o movimento docente.

b) Que seja encaminhada ao Congresso Nacional a exigência de suspensão da tramitação de todos os projetos referentes a aspectos da Reestruturação da Universidade.

c) Que as IES Particulares desencadeiem um processo de democratização interna, iniciando com a convocação de uma assembléia estatuinte democraticamente organizada com a participação dos 3 segmentos da Comunidade Universitária.

d) Que a ANDES pressione o MEC no sentido de garantir que as mantenedoras particulares respeitem a autonomia das IES, entendida esta autonomia quanto a definição de sua estrutura interna, política de ensino, pesquisa, extensão e capacitação docente através de mecanismos que garantam a livre participação dos segmentos da Comunidade Universitária.

### **2.1.2. Avaliação do documento da Comissão do MEC**

O objetivo desse texto é fazer uma avaliação preliminar do documento elaborado pela Comissão Nacional para Reformulação da Educação

Superior de modo a contribuir para o crescimento da discussão sobre a reforma universitária no movimento docente. Serão colocados em destaque alguns pontos, que são fundamentais para uma avaliação política do documento.

### **Financiamento da Universidade**

Para a Comissão do MEC, o financiamento do ensino superior está diretamente relacionado com os chamados “padrões de qualidade e produtividade” das instituições. Cabe ao CFE, reformulado em sua composição e atribuições, avaliar a qualidade e o desempenho das instituições para alocação de recursos públicos.

De acordo com os argumentos apresentados pela Comissão do MEC recebe recursos públicos e tem autonomia financeira à instituição que, devidamente avaliada, tiver sua qualidade e o desempenho aprovados. Esse mesmo raciocínio é utilizado pela comissão para a aplicação de recursos públicos nas escolas particulares.

É óbvio que a qualidade, produtividade e competência devem ser as características da Universidade brasileira. Entretanto, o argumento desenvolvido pela comissão nesse sentido merece alguns questionamentos:

a) A qualidade e a competência não podem ser perseguidas abstratamente. É fundamental que se garanta condições de trabalho e infra – estrutura. Nesse sentido, a proposta, defendida pela ANDES e pelas Associações de Docentes, de um padrão único de qualidade é muito mais coerente, na medida em que procura defender condições mínimas de trabalho, que possam garantir a competência e a produtividade nas IES.

b) Não se pode ser favorável a que se injete recursos públicos em instituições que não produzem ou não apresentam a devida competência acadêmica. No entanto, parece que a forma de se perseguir a competência

não é simplesmente pelo cocte de recursos nas IES públicas, depois de devidamente avaliadas pelo CFE.

Nas IES Federais é necessário que se tenha recursos para garantir as condições de trabalho. Nesse sentido, a situação seria o inverso do que é proposto pela comissão.

c) Todo o documento da Comissão de Alto Nível, em todos os seus itens, apresenta preocupação com a qualidade e a competência. No entanto, em nenhum momento ficam claros os critérios da avaliação da qualidade e do trabalho docente. Neste aspecto, a proposta da ANDES e da AD's avança mais, na medida que analisa a questão da qualidade e competência a partir de uma perspectiva global de Reestruturação da Universidade.

A avaliação docente e da produtividade das instituições só poderá ocorrer a partir da fixação de políticas institucionais com participação efetiva da Comunidade Universitária, participação que passa obrigatoriamente pela democratização.

É muito difícil fala em avaliação e competência sem romper a política clientelista, presente na universidade brasileira durante muitos anos. Estar próximo dos "lobbies" do poder significou, durante muito tempo, privilégios políticos e acadêmicos. Democratizar a universidade é romper com todas as suas anacrônicas estruturas e garantir que políticas definidas pela comunidade venham a sustentar o bom desempenho institucional do ensino, pesquisa e extensão.

d) Ao admitir recursos públicos para as IES Particulares de reconhecimento da competência, a comissão substitui a dicotomia público / privado por outra - competente / incompetente.

Nas IES Particulares devem as mantenedoras cumprir seu papel, garantindo condições de trabalho e competência.

Não cabe ao poder público subsidiar o orçamento das IES Particulares, por mais competentes que sejam.

A luta pela escola pública e gratuita é hoje uma questão crucial. As verbas públicas para as IES Particulares só podem ser admitidas para a capacitação docente e para a pesquisa, desde que estejam sob o controle democrático da Comunidade Acadêmica.

### **DEMOCRATIZAÇÃO E AUTONOMIA**

Para o movimento docente, a autonomia da universidade está diretamente relacionada com o processo de democratização. No que diz respeito a democratização interna da IES, a comissão majoritariamente se coloca contrária as eleições diretas para os cargos dirigentes. Para os docentes, as eleições diretas para os cargos dirigentes constituem um passo fundamental para o processo de democratização das IES, bem como para a consolidação de autonomia.

É fundamental que se desenvolvam formas de controle social da universidade, o que é substancialmente diferente de permanecer atrelada ao Estado. As eleições diretas para os cargos dirigentes fazem parte de um processo que, ao contrário de procurar trancar a universidade dentro de si mesma, procura redimensionar sua função social e integrá-la à sociedade, de acordo com os interesses da maioria da população.

### **ISONOMIA SALARIAL E CARREIRA UNIFICADA**

A comissão do MEC se posicionou contra a Isonomia Salarial e à Carreira Unificada. É interessante notar que a mesma comissão que considera “excesso de autonomia” a eleição de reitor se esgota no interior da universidade, usa o argumento da autonomia para justificar a quebra da

isonomia e da carreira unificada são condições essenciais para se garantir a qualidade de ensino, pesquisa e extensão.

## **ENSINO E PESQUISA**

A comissão propõe claramente a separação entre o ensino e pesquisa, com remuneração diferenciada para professores – pesquisadores e professores prestadores de serviços.

É incompatível com busca de excelência e de competência a separação entre professor que ensina e professor que pesquisa. As funções básicas da universidade (ensino, pesquisa e extensão) não podem ser vistas de forma estanque e separada.

### **2.2 Política de Verbas**

A política de verbas adotada pelo Ministério da Educação tem – se caracterizado pelo arrocho sobre as IES Federais, o diversionismo e a confusão que procuram iludir a opinião pública, a manutenção do controle das IES pelo Ministério e do clientelismo, e a benevolência com as IES Particulares. Nela não encontramos qualquer sinal consistente que aponte para o resgate do papel social da Universidade, no contexto brasileiro, afirmado em sua retórica.

Se por um lado, foram equacionados alguns problemas crônicos, como os H.U., a partir do convênio com o INAMPS, permanece a mesma política, os critérios de verbas para as universidades federais.

A recente regulamentação da Emenda João Calmon trouxe para o Ministério da Educação, cerca de 38,77 trilhões de recursos orçamentários para 86. A orçamentação das universidades federais, entretanto, foi mantida segundo os critérios do regime militar (considerando uma inflação de 270%,

a verba de custeio inicial para 1986 representa 44% do total gasto em 1985).

Pode –se argumentar que a regulamentação da Emenda Calmon foi posterior a feitura dos orçamentos, o que é verdadeiro. Estes porém, foram refeitos sem que se alterasse a situação substancialmente.

O aumento percentual dos recursos para o pagamento de pessoal (salários) é de 256% (de cinco trilhões para cerca de 17 trilhões), enquanto que a verba para custeio e capital não chegou a ter um acréscimo de 63% - 740 bilhões em 85 9que representam hoje menos de 80% do que as IES Federais recebiam em 1981, (na rubrica OOC) contra 1,2 trilhões previsto para 86.

É de conhecimento geral que as verbas de pessoal tem suplementação automática (desnecessário até reajustes salariais ultrapassarem 256%), enquanto que para as verbas de custeio e capital cada suplementação – exige uma pesada negociação política. Alie – se a isso a inflação certamente ultrapassará os 63%, o que impõe a necessidade de suplementação até para manter a precária situação das IES.

Mesmo não sendo estas as intenções, na prática, a utilização destas projeções diferentes no mesmo orçamento resultam: 1- Na manutenção do controle político do Ministério sobre as IES através da negociação necessária a cada pedido de suplementação das verbas de custeio e capital; 2- Na continuidade do precário funcionamento da universidade pública; 3- Na confusão da opinião pública pela difusão através do ministério do “imenso” volume de verbas que as IES federais consomem.

Além disso, não pode ser descartada a hipótese de que a projeção para a verba de pessoal (256%) tenha sido utilizada como forma de cumprir a Emenda Calmon só no orçamento inicial. (Tendo verba de pessoal para ano inteiro, as IES não seriam objeto de da suplementação automática que ocorrerá para os outros Ministérios a partir dos excedentes de arrecadação.

Assim, como crescimento do orçamento total sem o crescimento do orçamento do MEC, ao final de 1986 o mesmo não somaria mais 13% da receita total dos impostos). Essa hipótese exige o controle permanente por parte do movimento sobre a destinação dos impostos, uma vez que a regulamentação da Emenda Calmon impõe que os 13% sejam aplicados tanto sobre o orçamento inicial quanto sobre o excedente de arrecadação.

Deixando as IES Federais a míngua o Ministério não se furta ao direito de reter um trilhão de cruzeiros para o programa Nova Universidade, que serão distribuídos as IES (públicas e particulares) através de “programas especiais”. Lança este programa com grande destaque na imprensa, criando a ilusão de que as IIES terão grandes quantidades de recursos.

Os programas, sabe – se, tem caráter eventual, e, portanto não tem continuidade, desta forma em pouco ou nada contribuem na resolução de problemas permanentes das IES Federais, constituindo – se muito mais em projetos de efeito político e propagandístico.

Apesar de ter se comprometido em divulgar os programas e discuti – los com a Comunidade Universitária numa audiência com a Diretoria da ANDES, o Ministério nunca efetivou suas posições, apesar da intensa cobrança a que tem sido submetido. Este fato denuncia por si só o controle total que o Ministério mantém sobre um trilhão de cruzeiros. E a falta de discussão dos critérios pelos quais eles serão distribuídos, quebrando o compromisso de fazê-lo, cria a possibilidade do seu uso político e clientelista.

A postura de omissão do MEC, no que toca as IES Federais muda, entretanto, radicalmente quando se trata da defesa do “lobby” privado do ensino.

Nunca antes o ensino privado esteve tão bem representado no MEC em seus interesses como agora.

De uma dotação global de 20 bilhões em 85, a rede particular superior, receberá 300 bilhões em 86. A SESU, no entanto, através de seu titular ex – reitor da Católica de Minas, pleiteia 700 bilhões, 35 vezes mais do que em 85, e o lobby privatista, através do CRUB, reivindica um trilhão de cruzeiros.

Ressalte – se que estas verbas serão alçadas diretamente nas mantenedoras, o que nada alterará o péssimo padrão que hoje impera no setor. Trata – se, simplesmente de um repasse de custos para o estado, mantendo – se a privatização dos lucros.

Esta, talvez, seja a grande novidade do Ministério da Educação da Nova República: o decidido e aberto apoio ao lobby privatista que se manifesta claramente na política de verbas. Os 7 bilhões previstos para as particulares em 85, foram logo “transformados” em 20 bilhões pela SESU. Daí para 300 bilhões em 86, reivindicando – se pela mesma via 700 bilhões, o que é insuficiente, entretanto para o setor “privatista” que postula um trilhão. Enquanto isso a universidade pública morre a míngua obrigada a barganhar politicamente sua precária sobrevivência.

O movimento docente deverá exigir ao Ministério da educação uma política de verbas realmente efetiva comprometida com a ampliação da rede pública e com a transformação efetiva da rede particular, no sentido do seu público, da melhoria das condições de trabalho e da melhoria da sua produção acadêmica.

Para nos contrapormos ao uso propagandístico dos números, teremos que definir a demanda real de recursos, assim como seus critérios de alocação, no sentido da manutenção satisfatória e da ampliação efetiva da rede pública e gratuita.

O movimento docente reafirma posicionamento contrário à existência de fundações no âmbito das IES públicas em virtude destas funcionarem em moldes empresariais manipulando grandes recursos, sobretudo de caráter público (humanos, materiais, financeiros, etc.) fora do controle democrático da Comunidade Universitária.

Permanece inaceitável qualquer destinação de verbas públicas diretamente as mantenedoras da rede particular, ou sob controle privado. As verbas públicas para as IES Particulares deverão restringir-se exclusivamente as atividades de pesquisa, capacitação docente e extensão de serviços a comunidade, nos termos de controle da comunidade acadêmica proposto pela ANDES e sob exigência de contrapartida efetiva Das mantenedoras, no que toca a instalação, regime e condições de trabalho.

É fundamental, por fim, que repudiamos todo clientelismo na utilização das verbas públicas. O dinheiro público precisa ter uso público, não pode transformar-se em instrumento do poder privado.

## **Posições e Encaminhamentos**

### **1- Aplicação da Emenda João Calmon**

a) A aplicação da emenda Calmon deverá incluir os recursos oriundo do excedente de arrecadação de impostos, de forma a manter o percentual de 13% da arrecadação de impostos, real do período e não apenas daquela prevista. O MD deverá manter rigoroso controle para que não ocorram desvios na alocação desses recursos, como ocorreu no exercício de 1985.

b) A aplicação da Emenda deverá prover as IES Federais de recursos para seu custeio nos níveis definidos pelos estudos da ANDES (consulte as resoluções para as IES Federais), recursos estes definidos em seus orçamentos anuais.

c) Além desses, aplicação da Emenda Calmon deverá suprir as IES Federais com recursos de investimentos, custeio e pessoal.

d) que o movimento docente inclua como assunto para debate durante a JORNADA NACIONAL SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA, NOS DIAS 16 E 17 DE ABRIL, AS QUESTÕES RELATIVAS À APLICAÇÃO DA Emenda Calmon. Para prover as AD's de todas as informações necessárias, a ANDES deverá exigir do MEC, até meados de março, todos os dados relevantes sobre o assunto (montantes de impostos arrecadados nos diferentes exercícios, montantes destinados para os diversos graus do ensino e destinação de verbas para a manutenção das IES Estaduais, dentre outros).

d) O V Congresso da ANDES denuncia os artigos da regulamentação da Emenda Calmon que possibilitam verbas públicas serem alocadas para quaisquer bens e serviços empregados na Educação. A ANDES reivindica ao Congresso Nacional a alteração dessa regulamentação de modo que os recursos públicos sejam utilizados exclusivamente para as finalidades do ensino.

### **1- Combate ao “lobby” privatista**

a) O V Congresso reafirma sua posição de repúdio e destinação de qualquer recurso público para as mantenedoras da rede particular, sob que denominações tenham. Reafirma, também que a concessão de verbas públicas para as IES Particulares deverá destinar-se exclusivamente as atividades de pesquisa, capacitação docente e extensão universitária, com as exigências na proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira.

b) O V Congresso denuncia a ação do lobby organizado pelo setor, o qual em nome do suposto “direito de ensinar” procura recriar formas novas de remuneração do capital investido na rede particular, acobertado pela “nova política” do MEC para a universidade. O MD entende que as

mantenedoras devem cumprir o papel de manter as IES de sua propriedade com recursos próprios reivindicando a autonomia pedagógica, administrativa e financeira dessas IES frente instituições mantenedoras, para não atrelá-las a lógica de mercado.

c) O V Congresso da ANDES assume como tarefa de conjunto do Movimento Docente o estabelecimento e consecução de uma política de enfrentamento do “lobby” privatista, condição imprescindível para conter a sua expansão.

Nesse sentido, reafirma-se integralmente o conteúdo da “Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira” nos aspectos referentes à política de Verbas para as IES Particulares respectivamente os itens 4 e 5 da “Universidade: seu papel e a Crítica à Situação Atual” , o item 5 da “Necessidade de um Padrão Único de Universidade” e o ponto 6 do “Financiamento da Universidade”, que constam do Encarte Especial do Boletim nº 23 da ANDES, novembro /85 – por constituir-se esta Proposta em instrumento fundamental para o enfrentamento das proposições do “lobby” privatista.

### **3- Sobre os projetos especiais do MEC**

O V Congresso da ANDES repudia o aval dado ao “Programa Nova Universidade” – projetos especiais do MEC – que está se desenvolvendo sem participação da Comunidade Universitária quanto a sua estrutura e mecanismos, visando interesses clientelistas e eleitorais do Ministério da Educação. O Congresso reivindica que esses recursos sejam imediatamente integrados aos orçamentos das IES Públicas para atender suas necessidades de ensino, pesquisa e extensão.

A ANDES manifesta-se clara e inequivocadamente contra a política de suplementação de verba do MEC e dos governos estaduais que mantém as universidades públicas sob rígido controle orçamentário e compromete o planejamento e execução de suas atividades face a sua imprevisibilidade.

## **2.3- Carreira / Avaliação Docente**

### **2.3.1- Carreira do Magistério Superior**

Se avaliada a situação da carreira do magistério superior, somos levados as seguintes constatações:

- No setor das autarquias federais prevalece o sistema de carreira única, estando em debate certos pontos, (por ex: os critérios de progressão funcional) que demandam mudança a curto prazo.
- Nas fundações federais ainda estão em vigor as carreiras próprias de cada IES ou, embora o setor, mediante a greve de 45 dias (agosto - setembro / 85), tenha conseguido a unificação da carreira a partir de janeiro / 86.
- Entre as IES estaduais, as carreiras docentes são próprias a cada IES ou, ao máximo, gerais para estado.
- E entre as IES Particulares o sistema de carreira docente com tempo contínuo praticamente não existe.

Destacamos no decorrer de 1985, dois fatos importantes: a definição, por parte do movimento docente nacional, de um conjunto de propostas sobre a carreira do magistério superior e a conquista da carreira unificada entre as funções.

O XI CONAD (Olinda – PE) avançou a definição de uma política de pessoal docente, a qual contempla princípios e formas de avaliação do trabalho docente, regime de trabalho e capacitação.

A política de pessoal docente do XI CONAD serviu como base para a montagem de um plano único de cargos e salários para as funções federais, negociado entre o MEC e o movimento docente, durante e após a greve de agosto – setembro de 1985.

O plano único de cargos em salários das fundações abrange nos seguintes pontos definidos na “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira”: 1- unicidade da carreira ; 2-

isonomia salarial; 3- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 4- concurso público para ingresso na carreira e para o cargo de titular; 5 - lotação de cargos conforme as necessidades dos departamentos; 6- progressão funcional à base de critérios de avaliação e titulação; 7- remuneração do tempo de serviço mediante 5% a cada quinquênio; 8- definição de dois regimes de trabalho: dedicação exclusiva e TP – 20 horas, entrando em extinção os regimes TP-40 e TP-12 horas; 9- instituição do semestre sabático com o objetivo de aperfeiçoamento; 10- normatização do afastamento docente; 11- instituição de uma política de capacitação docente fundada sobre uma carreira docente que estimula a titulação, sobre a inclusão nas necessidades de pessoal dos departamentos de um certo número de docentes que possibilite o afastamento para a capacitação e, sobre a manutenção dos benefícios e vantagens ao docente que se afaste para a capacitação.

A implementação dentro do setor estabelece a reivindicação de carreira unificada e isonomia salarial como uma meta viável de ser atingida em 1986 em todas as IES públicas federais.

Para uma avaliação do nível de viabilidade política dessa bandeira, deve-se atentar para o fato de que o Ministro da Educação, em Audiência à diretoria do ANDES no dia 29/11, comprometeu-se a iniciar os estudos preparatórios para a implantação da isonomia e carreira unificada entre autarquias e fundações, tão logo completado esta mesma tarefa no setor das fundações federais.

É necessário concretizar uma comissão ANDES, FASUBRA, MEC que tenha como tarefas urgentes: 1- Equacionar as questões que envolvam a isonomia e a carreira única; 2- Submeter as propostas aos docentes, funcionários e ao governo, para que se evite a protelação.

Dessa forma, o MD tem condições de implantar a isonomia salarial e a carreira unificada no âmbito das IES Federais.

No setor das IES Particulares, a luta pela criação de uma carreira docente articula-se com a distribuição de verbas públicas para as IES Particulares só pode ocorrer, de acordo com os princípios da ANDES, para capacitação docente, projetos de pesquisa e extensão, quando autônoma e democraticamente coordenados pelos docentes. Como contrapartida a tais repasses, exige-se das IES Particulares à implantação do regime de tempo contínuo para certo número dos docentes. Ora, já existem verbas públicas orçadas para esse fim para 1986 (300 bilhões). Cabe, pois, ao movimento docente exigir a contrapartida da carreira docente.

### **Posições e Encaminhamentos**

- a) Lutar pela ativação da Comissão ANDES / FASUBRA / MEC para a implementação da Carreira unificada.
- b) Formar uma comissão intersetorial de 5 AD's ( 3 autárquicas – APES-JF, APUFSC, ADUFRJ E 2 fundacionais – ADUFU e ADUFAC) com professores de 1º e 2º graus para estudar o Plano de Cargos e Salários das Fundações e a Carreira das Autarquias, e fazer uma contraproposta ao MEC que corresponde às reivindicações das categoria.
- c) Que seja assegurada na regulamentação da carreira docente a dispensa parcial de atividades didáticas dos dirigentes de associações de docentes da ANDES.
- d) O V Congresso recomenda sejam consideradas contribuições apresentada pela APUFPR, ADUFC e APUB e as que constam do documento das Fundações sobre o assunto apresentado neste Congresso.

### **2.3.2- Avaliação do trabalho docente**

A “Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira” entende a avaliação do trabalho docente em dois níveis intimamente relacionados:

1. Avaliação permanente do desempenho do docente frente às funções básicas da universidade, que são formar bem, produzir o saber e servir à comunidade. As proposições principais dessa avaliação fazem parte da assim chamada política de pessoal docente.

A principal dificuldade encontrada pelo movimento docente está em criar formas concretas de avaliação, mediante as quais os princípios democráticos propostos superem os entresos provenientes do corporativismo. A avaliação pelos pares, no departamento, não tem gerado formas eficazes, até o momento, de controlar o efeito do corporativismo.

Não seria temerário afirmar que o impasse quanto às formas políticas de implementar realisticamente essa avaliação radical na não explicação, ao nível da consciência e da ação política do movimento nacional de uma outra dimensão básica frente a qual deve ser avaliado o trabalho docente.

2. “Proposta das AD’s e da ANDES” chamam tal dimensão de política institucional da universidade: “É preciso redimensionar a função social da universidade, entendendo que é sua tarefa interferir nas transformações da sociedade, no sentido de propiciar uma estrutura social mais justa e que corresponda aos anseios majoritários da população... uma reformulação global das estruturas universitárias, para que a instituição possa de fato contribuir para uma nova sociedade, tanto do ponto de vista da formação profissional, como da produção científica e cultural... O trabalho docente (ensino, pesquisa e extensão) precisa ser avaliado sistematicamente, a partir de critérios definidos de forma pública e democrática...” como forma de superar os critérios da racionalidade empresarial e da tecnocracia impingidos como valores absolutos às IES.

O caráter social e público da universidade deriva do caráter do ensino, pesquisa e extensão como serviços públicos prestados à população.

O movimento docente precisa avançar, no ano de 1986, na direção da implementação de formas públicas e democráticas de avaliação institucional.

### **Posições e Encaminhamentos**

a) Que a ANDES se manifeste contrária a qualquer política discriminatória e clientelista de “centro de excelência”.

b) Que a ANDES elabore um sistema que possibilite realizar durante a Jornada nacional sobre a Reestruturação da Universidade Brasileira nos dias 16 e 17 de abril, uma avaliação da competência e da qualidade acadêmica existente nas universidades brasileiras.

### **2.4- Ciência, Cultura, Tecnologia**

O V Congresso da ANDES considera prioritário estimular discussão sobre Ciência, Cultura e tecnologia junto às bases do movimento docente. Para tanto incluiu esse ponto como tema da pauta para a Jornada Nacional sobre reestruturação da Universidade Brasileira (dias 16 e 17 de abril). Com os subsídios apresentados a este Congresso e outras contribuições vindas do movimento, a diretoria da ANDES preparará uma publicação especial para orientar a discussão deste e outros assuntos da pauta da “Jornada”. A partir do resultado das discussões, será preparado um documento – síntese para deliberação do XIII CONAD (junho, São Paulo).

### **2.5- Política Educacional: A luta pelo ensino público e gratuito**

A caracterização do campo especificamente educacional e universitário da atual conjuntura política exige a avaliação das propostas e da atuação de pelo menos três agentes fundamentais: o governo, especialmente através do próprio Ministério da Educação, o movimento social organizado de professores, funcionários e estudantes – definido essencialmente pela defesa do ensino público e gratuito – e por fim ao lobby organizado em torno dos interesses privatistas naturalmente. O conjunto de forças em ação é bastante mais complexo. Mas são três pólos fundamentais, capazes de atrair e articular aos seus interesses os demais setores.

## O GOVERNO

O Governo da Nova República difere do seu antecessor não tanto pelo conteúdo de suas diretrizes políticas fundamentais. Mas principalmente por sua capacidade de gerar, institucionalmente, novas políticas ou, em falta delas, gerar notícias que criam junto a opinião pública a impressão da sua existência.

Nesse particular, o Ministério da Educação tem-se mostrado razoavelmente competente, pois ao contrário da gestão anterior, vem conseguindo articular um conjunto de propostas para a universidade brasileira, e especialmente tem demonstrado a capacidade de permanecer no noticiário.

O entendimento da proposta do MEC passa pela análise de sua gênese. Coerentemente com sua perspectiva liberal-conservadora, o governo como um todo não privilegiou as entidades representativas neste processo. Antes pelo contrário, procurou diluir os vínculos de representatividade reconhecendo interlocutores por eles selecionados para constituir as “comissões de alto nível”.

Desta forma, o estado selecionou o leque de interesses políticos que poderiam compor as “comissões” institucionais. O Ministério da Educação seguiu essa norma a risca ao selecionar os interesses políticos que poderiam fazer parte da comissão que definiria as propostas para a sua universidade.

Inclui, inicialmente os interesses que privilegiam o fortalecimento de um Ministério desprestigiado, sem poder e sem recursos, agora nas mãos de um presidenciável. Nesta perspectiva, caberia abrigar no interior de suas comissões defensoras do ensino público, na medida em que consignia poderia – como pode – significar o fortalecimento do MEC especialmente ao nível dos recursos.

Por outro lado, o MEC optou por abrir espaço para capitalistas da educação legitimando a presença de representantes do lobby privatista na formulação da Política Educacional.

Além disso, foram integradas a comissão personalidades de indescritível prestígio e compromisso com a perspectiva da universidade pública, que, por sua condição minoritária, acabaram por apenas legitimar os resultados finais da comissão.

A ideologia liberal-conservadora da proposta da comissão é incompatível com uma política eficaz de privilegiamento da rede pública, garantindo por outro lado a presença, explícita ou não, dos postulados privatistas.

A retórica de expansão da rede pública se traduz em propostas de políticas de verbas que de fato mantém as IES Federais na situação de indigência.

Apesar da regulamentação da Emenda João Calmon – resultado das lutas do movimento – os recursos não chegaram a Universidade sob forma orçamentária satisfatória para o custeio, investimento e pessoal, mas sim, sob a forma de programa cuja alocação segue ditames das conveniências políticas. Isto é, obviamente muito conveniente a um Ministério cujo titular é um dos mais fortes concorrentes à presidência pela Frente Liberal.

Os orçamentos de 86, das IES Federais terão que ser obrigatoriamente suplementados para que possam chegar ao fim do exercício. Onde fica, neste caso, a opção pelo ensino público apregoada pela Nova República? Como pensar em expansão da rede pública e gratuita se as IES Federais sequer conseguem recursos para manter as atuais condições de funcionamento e se continuam sujeitas à proibição de contratações de docentes e funcionários?

Curiosamente, a sua comissão de fato frente à expansão do setor público, o MEC responde com uma proposta de política de apoio às IES Particulares de “bom nível”.

Mesmo sem qualificar exatamente este “bom nível”, o Ministério tem-se mostrado extremamente permeável às pressões do capital, ao mesmo tempo em que ignora as denúncias constantes sobre as irregularidades administrativas e financeiras do setor privado e, especialmente, das violências que ali são cometidas contra os docentes.

## **O LOBBY PRIVATISTA**

O lobby privatista não constitui uma novidade mas a sua ação se reforça e se concreta hoje em três níveis fundamentais: 1- o reforço das pressões junto e dentro do MEC por verbas orçamentárias para as mantenedoras; 2- o esforço de organização para trabalhar junto à opinião pública e aos setores políticos pela manutenção integral da atual legislação referente ao ensino particular, especialmente visando à Constituição; 3- e por fim, a radicalização no processo de repressão à organização dos docentes da rede particular.

O próprio secretário da Educação Superior, Gamaliel Herval. Assumiu publicamente os argumentos e reivindicações do lobby privatista, sem cogitar de alterações no padrão hoje vigente de ensino particular.

A defesa dos “centros excelência” – base da “nova” política do Ministério – escamoteia o verdadeiro propósito nela contido que é a garantia de espaços para os centros de “não excelência”, os quais estariam livres do “auxílio” e da urgência do MEC. Este convite ao empresariamento do ensino foi contrabandeado sutilmente pelo Sr. Schwartzman para o interior da proposta da “Comissão de Alto Nível” para reforma da Universidade e, apenas vem dar suporte ideologia à prática atual do Ministério.

O MEC dispõe hoje, portanto, de uma proposta política que dá resultado ideológico a três pontos básicos de sua prática atual:

- a) Omissão (de fato) frente a expansão da rede pública;
- b) O avanço do lobby privatista, hoje representado dentro do Ministério;
- c) O uso clientelístico e político dos recursos provenientes dos recursos da aplicação da Emenda Calmon.

## **O MOVIMENTO ORGANIZADO**

O movimento social organizado no interesse da Universidade – e dentro deste especialmente o movimento docente, através da ANDES – prosseguiu e realizou importantes avanços na luta pelo ensino público e gratuito. Destaque-se aqui a capacidade demonstrada de articular de forma consistente o processo de aprofundamento da elaboração sobre a Universidade com o movimento concreto no seu interior.

O avanço no domínio e no manejo das informações sobre verbas constitui um avanço na implementação do controle público. O movimento das Fundações federais forçou o comprometimento do Ministério com dois principais – o dia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a isonomia salarial – que entram frontalmente em choque com a proposta da Comissão. A resistência cada vez mais organizada à lógica empresarial no interior das IES Particulares expressa não apenas o aprofundamento da luta salarial como também o início de uma absorção mais generalizada, por esse setor dos docentes, da perspectiva estratégica da ANDES de desprivatização progressiva. Cite-se afinal, para não estender, a confirmação na grande maioria dos casos dos dirigentes eleitos pela comunidade.

Estes elementos mostram que, estivemos absolutamente correto em não coonestar esse jogo de interesses do governo, quando, por exemplo, nos recusamos a pleitear um lugar na dita “Comissão de Alto Nível para qual, aliás coerentemente com sua política de esvaziamento das representatividades sociais, o MEC nunca nos convidou formalmente enquanto ANDES.

Mostra, também, o acerto de nossa opinião estratégica de procurar ocupar o espaço político adensando a participação organizada dos docentes na vida social e política da Nação, ao contrário da expectativa do governo, que nos acomodássemos ao jogo político fechados nos gabinetes de Brasília.

## **A LUTA PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO**

É necessário entender que a luta pelo ensino público e gratuito passa hoje, principalmente pela exigência de uma real política de ampliação e

manutenção de toda a rede pública – sem que isso signifique prejuízo as condições de trabalho ou queda no nível da produção acadêmica à uma nova política para o setor particular, que altere a legislação que regula o setor, submetendo as mantenedoras ao controle social e do estado e garantindo às IES autonomia frente as mesmas.

Teremos que repudiar e combater na prática o empresariamento do ensino exigindo o fim do apoio do MEC as mantenedoras, a melhoria das condições de trabalho e salário dos docentes e servidores da rede particular e a democratização dessas IES.

O clientelismo e o uso político dos recursos públicos deverá ser denunciado, exigindo-se o fim dos programas de cunho propagandístico e o controle público das verbas públicas.

Cabe, portanto, definir linhas de ação prioritárias que respondam ao jogo político realizado nesta conjuntura, no sentido de levar a elaboração e a implantação da proposta das Ads e da ANDES para a Universidade Brasileira.

Na luta pela reestruturação trata-se de afirmar os pontos centrais da proposta, atuando no sentido de sua concretização, através da elaboração e luta pela aprovação de projetos de lei, o reconhecimento legal de avanços já realizados na prática; e, por fim, atuar junto a sociedade civil e aos partidos políticos para garantir na Constituinte o espaço para a defesa de nossas propostas para a Universidade e de nossas reivindicações gerais.

Na questão de verbas cabe aprofundar e desenvolver nossa capacidade de lidar com as informações sobre as verbas e de ampliar o espaço de controle público da sua utilização, garantindo condições reais de expansão da rede particular no sentido de sua desprivatização.

O movimento docente está demonstrado – e deve esforçar-se para ampliar o reconhecimento disto pela opinião pública – que não separa reivindicações salariais e trabalhistas da luta pela transformação da Universidade Brasileira em uma instituição pública, gratuita, democrática e competente.

### **Posições e Encaminhamentos**

- a) Que a ANDES dê continuidade aos estudos sobre experiências privatizantes no interior da IES Autárquicas, para posterior divulgação e discussão ampla pelas ADs, fundamentando-se em parâmetros concretos, tais como:
  - Prestação de serviços pelas IES Públicas.
  - Existência de fundações nessas IES.
  - Caráter público do ensino e dos projetos de pesquisa e extensão.

- b) Ampliação do ensino público e gratuito, privilegiando a abertura de cursos superiores noturnos (com garantia de qualidade de ensino), tendo em vista as transformações econômicas pelas quais passou o país em anos recentes, obrigando os estudantes a trabalhar enquanto cursam a universidade. Deve ser observado um planejamento regional e por área de conhecimento, elaborado e fiscalizado, com a participação da Comunidade Universitária, e implementada a luta por uma política que desestimule a expansão dos cursos e vagas nas IES privadas.
- c) Que a ANDES promova uma ampla discussão sobre a questão dos cursos noturnos, entendendo-a como parte da expansão da rede pública e gratuita.
  - Que as ADs remetam informações para a ANDES, com a finalidade de contribuir para a preparação de um documento, onde o tema analisado de forma mais profunda deverá ser submetido à discussão no próximo Congresso.
  - Que a discussão sobre cursos noturnos não fique restrita à comunidade Universitária, mas seja levada a sociedade, através de suas entidades civis e sindicatos.
- d) Que seja encaminhada pela ANDES uma luta no sentido da expansão de vagas na rede pública.
- e) Que seja revogado o decreto que proíbe contratações dos docentes nas IES Públicas.

### **TEMA 3 – QUESTÕES SETORIAIS**

#### **3.1 – Particulares**

##### **I - Entidades Presentes**

1- ADs: ADUCSAL (BA), ADFAFIG (PE), APRUNI (BA), ADPUC (RJ), ADPUC (RS), ADUCS (RS), ADUNISINOS (RS), ADPUC (GO), ADESU-CEUB (DF), ADUSU (RJ), ADUNIMEP (SP), ADESP (SP), APROPUC ( SP), APROPUC (SP), ADOFEC (SP), ADOFIA (SP), APROLUME (SP), APROBASP (SP).

2- SINPROS: Bahia, Rio de Janeiro, Campinas – SP.

A presença de 18 ADs atesta o crescimento do setor e destaca a importância da adequação da infra-estrutura da ANDES, em especial de suas Regionais, para a continuidade do trabalho de organização dos docentes e encaminhamento de suas reivindicações.

A presença dos SINPROS, já tradicional, atendeu a convocatória para o III Encontro ADs – SINPROS.

## **II – Síntese dos Informes do Setor**

- a) O ano de 85 foi marcado pela maior e mais organizada mobilização do setor das particulares.
- Campanhas Salariais e Acordos Internos resultando em ganhos salariais (reajustes acima do INPC, Planos de reposição salarial, aumentos reais de salário), no bojo de movimentos grevistas.
  - ]Conquistas rumo à democratização das IES.
  - Organização dos docentes (criação de novas ADs, criação de departamentos de 3º grau, com verba própria, no SINPRO (DF), com campanhas unificadas, com SINPROS).
- b) Avanço do lobby privatista: Repressão ao MD.
- Elevado número de demissões políticas.
  - Ataque direto às diretorias de ADs.
  - Fechamento e golpe em ADs.

## **III – Política para o Setor: ENFRENTAMENTO DO LOBBY PRIVATISTA**

O setor apresentou ao plenário do V Congresso o “Manifesto em Defesa do Ensino Público e Gratuito”, cujo texto final segue anexo.

A política aprovada para o setor compreende dois pontos gerais:

1- Maior divulgação, defesa, detalhamento e operacionalização da política de Verbas nos termos da “Proposta das ADs e da ANDES...”, compreendendo:

a) Criação de um Programa Interministerial de Apoio à Criação e Manutenção de Grupos de Produção Científica e Cultural em IES Particulares. A rubrica orçamentária hoje existente de “apoio às IES Particulares” deve ser substituída por “Participação do MEC no Programa Interministerial” ora proposto.

b) Os recursos financeiros públicos serão controlados diretamente pela Comunidade Acadêmica representada pelos seus órgãos da estrutura acadêmica. Para isto, esses órgãos deverão ser democraticamente constituídos com seus membros eleitos diretamente pela comunidade. Tanto o Estado que repassa, quanto as instituições que recebam os referidos recursos devem permitir o acesso às informações que as ADs, entidades estudantis e associações de funcionários – bem como as demais entidades legadas à educação e cultura – porventura necessitem. As IES que receberem tais recursos devem prestar contas de da referida verba ao Estado e à comunidade representada pelas suas organizações.

c) Redefinição do regime jurídico e estatutos das IES Particulares de modo a garantir sua plena autonomia administrativa, didática e financeira em relação às sociedades mantenedoras.

d) Criação de um programa específico de Capacitação Docente para os professores das IES Particulares.

e) Os projetos e programas de pesquisa, extensão e capacitação deverão ser aprovados e priorizados por comissões eleitas e classificadas, a nível nacional, por organismos com representação eleita nas IES e com atividades e resoluções absolutamente transparentes.

f) Rejeição das propostas da ABESC (Associação Brasileira de Escolas Superiores católicas) e protesto pela posição do CRUB reivindicando sua reversão para uma proposta conseqüente com a perspectiva do Ensino Público Gratuito.

g) Luta pela alteração da legislação no que se refere ao ensino particular contemplando: fiscalização pelos órgãos públicos, caráter de concessão de serviço público.

h) Reafirmação do direito ao Ensino Público e Gratuito em todos os níveis e graus.

## 2 – Propostas relacionadas às condições de ensino e trabalho

a) Ampliação das garantias de respeito à liberdade de organização e expressão com denúncias públicas e sistemáticas das IES que demitem professores sob pretexto ideológico / político.

b) Continuidade e ampliação da luta pela democratização dos organismos de decisão das IES, a saber: estruturação dos departamentos e órgãos colegiados, democratização destes órgãos, eleição direta para os cargos de direção.

c) Luta pela garantia da autonomia da IES frente à sua mantenedora.

d) Luta pela implantação imediata do regime de dedicação nas IES tendo como referência e horizonte a proposta de unificação da Carreira Docente elaborada pela ANDES.

e) Promover debates freqüentes sobre a “Proposta das ADs e da ANDES para a Universidade Brasileira”. Divulgação do MANIFESTO apresentado em anexo.

## **IV – CAMPANHAS CONJUNTAS**

### **1- Campanha Salarial Unificada**

a) Ratificação da proposta de pauta unificada nacionalmente, ou seja:

- Reajuste real no semestre
- Plano de reposição das perdas salariais de março de 80 a março de 85, iniciando-se no próximo reajuste
- Aumento real de salários – 8% (PIB / 85%)
- Reajustes trimestrais
- Estabilidade de emprego e irredutibilidade de carga horária
- Carreira docente unificada
- Estabilidade para dirigentes de ADs e representantes sindicais por um ano além do mandato

- Data base unificada nacionalmente – 1º de maio
- c) Reafirmação da proposta de organização da Campanha Unificada presente no Boletim da ANDES.

Além do que:

- Formação de grupos de trabalho que assessorem a Coordenação e Comissão Salarial, atendendo às necessidades de: mobilização, divulgação, finanças, etc...

## **2- Campanha pelo ensino Público e Gratuito**

- Rearticulação em campanha dos setores envolvidos (docentes, alunos, comunidade).
- Lutas pela expansão das vagas nas Universidades Públicas e abertura de cursos noturnos nas IES Pública.

## **3 - Constituinte**

- Realização de debates, no 1º semestre, sobre “Educação e Constituinte”, com coordenação das ADs, envolvendo setores interessados.
- Demais propostas da plenária do Tema 1 sobre Constituinte, serão operacionalizados no setor.

## **Encaminhamentos**

- 1- Realização do III Encontro ADs - SINPROS na época e local do próximo CONAD (São Paulo, junho / 86)
- 2- Ativação do GT da ANDES para as Particulares e definição da sistemática de custeio e calendário de reuniões.
- 3- Campanha da sindicalização intensificada no período da Campanha Salarial, acompanhada da discussão política sobre a estrutura sindical e sua necessária transformação.
- 4- Necessidade de aperfeiçoamento da infra-estrutura organizativa da ANDES, nacional e regional, para atender às demandas do setor, especialmente pela criação de novas ADs e comissões pró – ADs.

### **3.2 – Estaduais**

**I – ADs presentes:** ADUNICAMP, ADUSP, ADUEM, ADUFF, ADUSB, ADOS, ADUEL, ASDUERJ.

## **Lutas e Encaminhamentos**

### **a) Isonomia Salarial**

Deliberou-se pela indicação de luta pela isonomia salarial, entendendo-se que esta luta mesmo dificultada por diversidades regionais, políticas e de relacionamento com o governos estaduais, justifica-se pelo seu

entendimento de que os trabalhadores no ensino, independente dos locais e particularidades de inserção no mercado de trabalho, devem possuir um equivalente, um valor pelas suas qualificações e competências, em todo território nacional. A indicação desta bandeira de luta justifica-se também pela sua capacidade, que teria o seu desdobramento, na luta pela unificação dos trabalhadores.

b) Unificação da Data - Base

Indicou-se a necessidade de uma dedicação por parte das ADs na luta pela unificação das datas bases de reajuste salarial dos professores das Universidades. Neste sentido, indicou-se a luta pela data base de 1º de maio.

c) Carreira Unificada

O setor ampliará a luta pela carreira unificada e que a mesma desenvolvesse partindo-se da proposta de padrão único da Universidade estabelecido pela ANDES.

d) Fundos para Pesquisa

O setor encaminhará lutas em direção a formação de fundos voltados à pesquisa pelos governos estaduais, com previsão orçamentária e com controle dos membros da comunidade na aplicação destes recursos.

e) Percentual para Educação

A questão de percentual fixo para educação no orçamento dos Estados não ficou resolvida. Exige-se para melhor posicionamento em relação à questão uma maior clareza em relação à aplicação da Emenda João Calmon (E. J. C.).

f) Estatuinte Paritária

O Congresso indica as ADs que ampliem ou instaurem a luta pela Estatuinte Paritária como forma de operacionalizar de democrática a reestruturação da Universidade. O Congresso indicou que o movimento docente deve passar a preocupar-se com formas de apreciação de seus objetos de Estatuintes pelo conjunto da sociedade.

g) II Encontro Nacional das IES Estaduais

O Congresso deliberou pela realização do II Encontro Nacional de IES Estaduais até o final de abril, precedido de Encontros estaduais a serem realizados até o final de março.

Nos encontros Estaduais seriam debatidas as informações provenientes da Comissão da ANDES acerca da discriminação e destino da aplicação da E. J. C., definindo a partir destas informações a sua postura

política em relação aos governos estaduais e federal. No Encontro Nacional a perspectiva é de unificar as lutas no plano mais geral, tendo em vista organizar as lutas pela reestruturação da Universidade, isonomia salarial, data base e lutas gerais da sociedade.

Haverá troca de informações que acontecerá os Encontros Estaduais e o Encontro Nacional, informações estas que tentarão captar as diferentes experiências históricas de lutas nas respectivas ADs, assim como atualizar o conjunto de informações presentes. Tal prática tentará desembocar na criação de um boletim (sistemático) do setor das Estaduais.

### **3.3 – Federais Autárquicas**

**I - ADs presentes:** ADURN, ADMED, APUSFC, ADUFPR, ADUERJ, ADURR. ADUFPB – CG, APES – JF, ADUFC, APUB, ADURGS, ADUFAL ADUFF, ADUFES, ADUFGO, ADEPM, APUSM, ASPEC, APUBH.

#### **II – Pauta de Reivindicações**

- 1- Isonomia salarial entre IES federais autárquicas e fundacionais. A isonomia salarial deve se dar de acordo com a tabela reivindicada pelas fundações para março e 1986;
- 2- Reajuste salarial igual a 100% do IPCA.
- 3- Reajuste trimestral;
- 4- Reposição salarial de 35,8%
- 5- Incorporação ao salário da gratificação de nível superior de 20% concedida em julho de 1985;
- 6- Adoção da Dedicção Exclusiva como regime de trabalho;
- 7- Aposentadoria integral para o professor celetista;
- 8 -Aumento real de 8% calculado com base no crescimento de economia (produtividade);
- 9- Exclusão das Instituições de Ensino Superior do decreto que proíbe contratação de pessoal;
- 10- Verbas para o funcionamento das IES:

De acordo com a previsão de uma taxa de inflação de 140% (valor previsto na proposta orçamentária), as verbas para OOC para as IES federais em 1986 devem ser:

- 10.1- Cr\$ 5.562 trilhões para o retorno das verbas de custeio a 1973;
- 10.2- Cr\$ 2.225 trilhões para a recuperação do pleno funcionamento das IES;

Por deliberação do V Congresso, os números relativos às verbas para custeio e capital devem ser reajustados de acordo com a inflação.

## **Encaminhamentos**

### **1- Campanha Salarial e por verbas**

Cronograma:

- a) Entrega imediata ao MEC da pauta de reivindicações
- b) Até 31 de março – prazo para resposta do MEC
- c) Primeira semana de abril Assembléias para avaliar:
  - Respostas do MEC.
  - Indicativo de greve do V Congresso
- d) 06.04.86 – Reunião Nacional para decisão das ADs.

### **2- Articulação das lutas com os servidores Públicos Federais**

Articular efetivamente uma campanha salarial nacional dos Servidores Públicos Federais, a ser decidida na Plenária Nacional de Entidades de Servidores públicos Federais, tendo como base:

- a) Reivindicações unitárias
  - Trimestral de 100% do IPCA
  - 13º para os estatutários e quinquênio para os celetistas
  - Aposentadoria Integral
  - Direito de Sindicalização
  - Novo Estatuto com ampla discussão
- c) Elaboração de calendário nacional de mobilização na Plenária Nacional de Entidades.

### **3- Carreira Única**

O V Congresso indica:

- a) A necessidade de uma carreira única com as fundações
- b) A necessidade de preparar o movimento unificado das autárquicas com as fundações, marcando para o fim de março o prazo para definição da carreira única, a fim de facilitar as negociações pela isonomia.
- c) O V Congresso encaminha às ADs a discussão sobre a Conveniência ou não da inclusão em nossa pauta de reivindicações, de abertura de opção para que os professores celetistas passem à condição de estatutários. A discussão deve esclarecer as vantagens e desvantagens dessa medida, com vista, a viabilizar uma decisão do movimento no próximo Congresso.

### **3.4- Federais Fundacionais**

**I - ADs presentes:** todas as ADs do setor

#### **II – Avaliação**

A portaria nº 138 da SESU de 13.12.85 contendo as normas para o enquadramento dos docentes e servidores das Universidades Federais Fundacionais gerou graves problemas na quase totalidade das Universidades a saber; perdas salariais e rebaixamento nos níveis da

carreira. O compromisso assumido pelo MEC com a ANDES até o final das negociações foi de que o enquadramento se daria garantido classes, nível e salário e a Portaria nº 138 apresenta o enquadramento apenas por classe e salários.

Com a publicação da Portaria ficou caracterizada a quebra do compromisso por parte do Ministro Marco Maciel e do Secretário Geral do MEC, Sr. Everaudo Maciel. Este rompimento repercutiu nas ADs de forma muito intensa com repúdio total por parte de todas, com relação à atitude do MEC. No entanto, o nível de mobilização para um próximo retorno a paralisação é heterogêneo entre as ADs, tendo em vista que os professores foram atingidos de forma diferenciada, indo desde Universidades em que todos os professores voltaram ao nível 1 de sua classe à universidade em que ocorreram algumas progressões.

Diante do quadro apresentado, avaliou-se a necessidade de que a organização da campanha do setor seja feita de maneira que atenda às diversas situações locais. A pauta de reivindicações ficou dividida em dois blocos:

- Garantia do enquadramento segundo as negociações ANDES-MEC
- Reivindicações para março de 86

### **III - Campanha para março**

#### **a) Pauta de reivindicações**

1. Reajuste salarial igual a 100% do IPCA;
2. Reposição salarial parcial de 20%;
3. Reajuste trimestral;
4. Aumento real de 8% calculados com base no crescimento da economia (produtividade);
5. Aposentadoria integral e complementação de auxílio – doença;
6. Implantação de creches nas IES;
7. Exclusão das Universidades do decreto que proíbe contratação de pessoal;
8. Concessão do regime de trabalho de Dedicção Exclusiva a todos os professores que solicitarem;
9. O salário para o regime de Dedicção Exclusiva ser igual ao triplo do salário estipulado para TP-20;
10. Verbas:

De acordo com a previsão de uma taxa de inflação de 140% (valor previsto na proposta orçamentária), as verbas para OOC para as IES Federais em 1986 devem ser:

- 10.1. Cr\$ 5.562 trilhões para retorno das verbas de custeio a 1973;
- 10.2. Cr\$ 2.225 trilhões para a recuperação do pleno funcionamento das IES.

Por deliberação do V Congresso, os números relativos às verbas para custeio e capital devem ser reajustados de acordo com a inflação.

Observações:

- Quanto ao reajuste de acordo com o IPCA integral: como é sabido, para quem percebe acima de 10 salários é aplicado apenas o reajuste de 80% do IPCA.
- Quanto ao índice de reposição: a isonomia salarial foi proposta tomando como base os maiores salários da UnB em setembro, 85. O cálculo de perdas então foi feito também em cima dos salários da UnB, desde 1979. A perda varia entre as diversas categorias, no entanto a perda mínima é de 20%, reivindicando-se então com reposição parcial o índice de 20%.
- Quanto ao percentual de 50% de RETIDE: a proposta final do MEC não atinge os 30% de acordo com as negociações. A reivindicação é de que o salário para RETIDE seja igual a 3 vezes o salário para TP-20.
- Quanto às verbas de OOC: a Comissão de Estudos da ANDES sobre verbas para OOC para Universidades Federais em 1985, apresentou como resultado o valor de 3.360 trilhões de cruzeiros para retornar ao nível de 1973. O MEC destinou em 85 apenas 750 bilhões e para 1986 alocou em seu projeto orçamentário 1.200 trilhões. Para o cálculo das verbas reivindicadas utilizou-se o índice da inflação – 140% - chegando-se ao valor de 7.787 trilhões.
- Quanto à concessão de RETIDE: com extinção do TP-40 é necessário que sejam garantidas pelo Governo recursos para a concessão de RETIDE a todos os professores que desejarem.

## **Encaminhamentos**

### **1. Ofício ao MEC**

A Diretoria da ANDES deverá encaminhar ofício ao MEC reivindicando:

- Que até fevereiro o PCS venha a ser implantado e o contra-cheque de fevereiro venha com os benefícios salariais e corrigido com o retroativo a janeiro.
- Que a correção das distorções quanto ao enquadramento seja feita por classe e nível conforme a negociação final ANDES / MEC respeitados ainda as especificidades de cada Universidade.

## **2. Reunião do setor nos dias 8 e 9 de março.**

### **IV – Carreira unificada com autarquias**

Reativação da Comissão Mista Autarquias – Fundações composta pelas ADs fundacionais de Mato Grosso, São Carlos, Viçosa e Uni – Rio e pelas ADs autárquicas da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

#### **V – Rateio da matéria paga**

O custo da matéria publicada no jornal Folha de São Paulo em dezembro de 85, será rateado entre todas as ADs de acordo com o número de sócios.

## **3.5 – Lutas Conjuntas (Fundações e Autarquias Federais)**

### **a) Data - Base**

A Diretoria da ANDES deve elaborar um documento para discussão nas ADs, contendo as diferentes propostas que existem para a argumentação política e econômica em relação a cada uma delas.

Este documento deve ser discutido nas ADs de forma a permitir um posicionamento intersetorial até o final de abril.

### **b) Trimestralidade no setor público**

Participação da Plenária Nacional de Entidades de Servidores Públicos Federais, propondo a realização de uma campanha conjunta pela trimestralidade no âmbito do setor público (servidores públicos federais e funcionários das estatais).

### **c) Carreira Única**

Discutir e formular proposta de carreira única (fundações e autarquias federais) até o final do mês de março.

Reativação da Comissão Mista de Carreira.

### **d) Verbas OCC**

Manter como reivindicação o resultado da Comissão do IV Congresso da ANDES, com a formulação do CONAD de Niterói, corrigindo os valores pela estimativa governamental para a inflação em 1986.

### **e) Isonomia**

Que a isonomia salarial entre autarquias e fundações ocorra pela aplicação de tabela reivindicada pelas IES fundacionais para março de 1986, ou seja: a tabela proposta para janeiro, corrigida pelo IPCA integral para março, acrescida de 20% da reposição parcial de 8% de aumento real.

## **TEMA - QUETÕES ORGANIZATIVAS**

### **4.1 – Alterações no Estatuto da ANDES**

- a) O V Congresso dividiu a Região Sul em duas: a Região Sul(Paraná e Santa Catarina e a Região Rio Grande do Sul.
- b) O V congresso manteve para o próximo o dispositivo pelo qual as alterações estatutárias poderão ser realizadas por 5% + dos delegados credenciados (disposição transitória do Estatuto em vigor, art, 65).

### **4.2 – Questões financeiras**

O V Congresso aprovou o Balanço Patrimonial da ANDES referente aos períodos de 1984 a 1985 (anexo).

#### **Situação Financeira**

A 31.12.85 a ANDES apresenta um “Passivo Circulante” formado de compromissos assumidos e ainda não pagos, de Cr\$ 132.000.325. Esta situação negativa de caixa não decorre nem de falta de previsão financeira, nem de excesso de gastos e sim de atrasos de pagamentos por parte das ADs. Portanto, o “Ativo Circulante” formado das “Disponibilidades” mais “Contribuições a Receber”, estas últimas pagas pelos associados mais retidas pelas ADs) é, aquilo que a ANDES possui em caixa, mais aquilo que, deveria receber das ADs até o Congresso é igual a Cr\$\$ .75.852. Desta forma, o Balanço Patrimonial da ANDES (em anexo) apresenta um superávit contábil no período de Cr\$ 82.577.806. Temos, em decorrência, um superávit “contábil”, mas a ANDES na verdade, está operando “no vermelho”.

O rombo da caixa da ANDES (não bastante o superávit contábil) teve um efeito extremamente negativo sobre o desempenho das atividades importantes sofreram atrasos substanciais ou ficaram inviabilizadas. Dentre elas:

- a) A edição do Boletim da ANDES contendo a “Proposta da ANDES e das ADs para a Universidade Brasileira”, prevista para julho / 85, só veio circular em novembro;
- b) A suspensão de uma edição especial do Boletim da ANDES para as ADs Particulares, no decorrer da greve histórica enfrentada pelo setor em 85;
- c) A transferência para janeiro/86 da edição do Boletim da ANDES contendo as preposições da Diretoria para o movimento docente, prevista para dezembro / 85;
- d) No decorrer das greves das IES Particulares e Fundações Federais a ANDES não contou com infra-estrutura suficiente para atender a complexidade de demandas do movimento docente;

e)O impedimento de editar uma Revista da ANDES e de instalar uma assessoria jurídica, ambas atividades previstas para 1986.

A Diretoria informa o associados ainda que os diretores da ANDES tem, em seu conjunto, a receber da Tesouraria cerca de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), em virtude de adiantamentos com despesas para o movimento docente e não ressarcidas até agora. Ademais, em 1985, nosso crédito junto a VASP foi suspenso em três ocasiões estando, agora, mais uma vez suspenso. Duplicatas não pagas incidem automaticamente em juros e correção monetária.

Estes cortes efetuados em nosso plano de atividades trazem conseqüências políticas evidentes e graves para o movimento como um todo. Há, inegavelmente, um crescimento contínuo de peso político e da exigência de presença da ANDES que, sem dúvida, são grandemente dificultados pela debilidade financeira da Entidade.

Dois fatores, basicamente, são responsáveis por estas dificuldades: o atraso das ADs no repasse das contribuições dos associados à ANDES e as taxas crescentes de inflação.

Temos, de um lado, um número significativo de ADs que retém, por motivo vários, contribuições de associados que são devidas à ANDES. O atraso médio das ADs no repassar as contribuições à ANDES é de cerca de 90 dias e atinge mais de 30% do número total de nossos associados. E, de outro, temos uma inflação que, na verdade, vai muito além dos índices oficiais o que, agrava nossa situação financeira. A título de exemplo basta citar que em outubro/84 (quando fixamos o valor – base de contribuição à ANDES, sobre o qual se aplicariam os índices de reajuste oficiais te hoje) nossa mensalidade por associado era Cr\$ 850 e uma passagem aérea no trecho Rio / Brasília / Rio custava Cr\$ 359.000. Hoje, quando nossa mensalidade é e Cr\$ 2.615, a mesma passagem aérea custa Cr\$ 1.845.000. Ou seja, nossas mensalidades foram reajustadas em 300% e as passagens aéreas em 513%.

Assim, não obstante termos estabelecidos um valor de mensalidade por associados que garantiria nossa existência e de termos instituído um critério de reajustes que possibilitaria razoavelmente a atualização de nossas arrecadação, mantendo-nos próximos aos índices inflacionários, encontramos-nos hoje numa situação em que nossos custos reais têm aumentado muito além da atualização de nossa arrecadação e onde a retenção pelas ADs das contribuições dos associados à ANDES leva-nos a uma insuficiência crônica de “Caixa”.

Diante disso, o V Congresso visando a recuperação financeira da Entidade, estabeleceu:

1. Que após o 16º dia, o montante da remessa devida à ANDES seja convertido em ORNT's de modo que as contribuições dos associados mantenham seu valor, atualizado, uma vez que a

data limite de repasse das ADs à ANDES é tradicionalmente 15º dia do mês subsequente à contribuição devida, e no Congresso de Piracicaba foi aprovada uma multa de 10% para os atrasos depois desta data.

Observação:

Os atrasos das remessas até a presente data não serão transformados em ORNTS's, conforme a proposta aqui apresentada, para as AD's que, em atraso, tiverem seus planos de atualização aprovados ou a serem aprovados até março / 86, desde que repassem regular e pontualmente as contribuições atuais acrescidas das parcelas da amortização da dívida.

2. O aumento real de 20% (IPCA pleno mais de 20%) nas mensalidades dos associados, avigorar a partir de abril de 1986, considerando:

- a) as conseqüências negativas para a dinâmica do movimento docente resultantes da falta de recurso, conforme anteriormente apontamos;
- b) as necessidades de ampliação das atividades do movimento docente previstos para o ano de 1986, tais como a intervenção na Constituinte, na reestruturação da Universidade, nos movimentos setoriais;
- c) e o crescimento da inflação.

3 – Cobrança automática da mensalidade

O V Congresso recomenda, a implantação de um sistema de cobrança automática vigente para o período de cada reajuste de mensalidade.

Como sugestão para as ADs foi aprovada ainda (por maioria): as “bloquetas” ou notas promissórias deverão ser assinadas pelo Tesoureiro e Presidente das ADs. Poderão ser insentadas do sistema de cobrança automática as ADs que não tenham implantado ainda o sistema de desconto em folha de pagamento.

**4.3 – Local do VI CN**

O V Congresso deliberou esta deliberação ao XIV CONAD.

**4.4 – Data e Local do XIV CONAD**

será realizado na 2ª (segunda) semana de junho/86 em São Paulo, com a APROPUC – SP como organizadora.

**4.5 – Regimento Eleitoral**

O V Congresso estabeleceu o Regimento Eleitoral publicado em anexo.

#### **4.6 – Regimento de Chapas**

Foram inscritas duas chapas junto à Secretaria Geral da ANDES, antes das 24 horas do dia 24.01.86, seguindo os requisitos estatutários e regimentais, tendo sido, portanto, registradas:

Pela ordem de inscrição a Chapa 1 – ANDES Autônoma e Democrática, encabeçada pelo Professor Newton Lima Neto da ADUFSCar, e a Chapa 2 – ANDES – Hoje, encabeçada pelo professor Paulo da Silveira Rosas da ADUFEPE. (anexo)

#### **4.7 – Comissão Eleitoral**

Será formada por um diretor da ANDES, Professor Nader Waffae, vice-presidente regional São Paulo, e dois representantes de cada chapa registrada.

### **SETOR DAS FUNDAÇÕES FEDERAIS**

1985 é um divisor de águas no movimento docente das IES Fundações Federais. Conseguimos unificar as ações e caminhar para uma greve nacional que na sua duração máxima chegou a 45 dias. No curso dessa mobilização diversas ADs puderam consolidar sua organização e estrutura e outras foram praticamente recriadas a partir do nada.

Contribuiu para detonar o movimento uma longa preparação interna. Mas foi a deterioração continuada dos salários e das condições de trabalho, impostas pela política econômica e social da nova república, que possibilitaram naquele momento a unificação das forças dos docentes, às quais vieram se unir as dos funcionários.

No decorrer da greve, o movimento chegou a um impasse, dividindo-se quanto à questão estratégica da oportunidade da continuidade da greve ou não. Uma profunda avaliação feita no XII CONAD em Niterói levou à explicitação pública das divergências em dois documentos divulgados na íntegra através do Boletim nº 23 da ANDES. A explicitação das divergências constituiu, entretanto, parte de um processo pelo qual o movimento manteve sua unidade.

Hoje, a negociação das condições gerais relativas à carreira docente, aos salários para a isonomia e ao enquadramento na nova estrutura, entre o movimento docente e o MEC, estão praticamente concluídas. A se cumprirem esses compromissos em janeiro / 86 conforme prometido pelo Governo ao final da greve, o movimento docente terá feito ganhos importantes, tais como:

- Assegurar a isonomia para os docentes (e funcionários) do setor fundacional pelos salários mais altos atualmente pagos. Na prática, os salários dos docentes (exceto na UnB), deverão sofrer um reajuste que varia entre aproximadamente 10 a 40%, a depender do nível em que se encontravam antes;

- Assegurar a unificação da carreira docente, estabelecendo critérios uniformes para ingresso (concurso público), acesso (por titulação, avaliação e desempenho), afastamento, regime de trabalho (D.E. e TP-20), transferência e dispensa. Ficam asseguradas condições para uma importante política institucional de capacitação docente, bem como outras propostas da ANDES para transformar a universidade brasileira ficam incorporadas nos planos das IES.
- Em decorrência desses avanços mencionados o movimento docente concretiza na prática das IES certos princípios gerais constantes de sua proposta e descartados no relatório da Comissão de Alto Nível para Reforma Universitária do MEC, por exemplo, a isonomia salarial.
- Ainda em decorrência dos avanços mencionados, o movimento docente no setor fundacional estabelece um precedente irretorquível para que a isonomia dos salários e a unidade da carreira se ampliem entre fundações, autarquias e outras universidades públicas.

A estratégia do movimento em 1986 deve, pois, forçosamente tomar como base a realidade decorrente da greve de 45 dias (agosto – setembro / 85) e estruturar-se em dois níveis:

- a) assegurar o cumprimento dos compromissos da greve e
- b) organizar a campanha de reivindicação para 1986.

### **1. Cumprimento dos Compromissos da Greve**

Os docentes devem centrar sua ação sobre a consecução das reivindicações e o cumprimento das promessas da greve: carreira única e isonomia pelos salários mais altos.

**1.1** Se os compromissos vierem a ser cumpridos integralmente, caberá ao Congresso estabelecer a proposta de ação política para 1986 onde certamente se incluirá a unificação da carreira e isonomia salarial entre autarquias e fundações.

**1.2** se os compromissos não forem cumpridos o movimento precisa responder com força: no ato (i. é, ainda em janeiro), depois de uma avaliação das forças em reunião nacional; e em março / 86, não deixando iniciar as atividades naquele semestre e conforme estratégia definida pelo Congresso.

**1.3** O movimento docente deverá avaliar no Congresso se não resultaram distorções do enquadramento dos docentes na nova estrutura de carreira. Para isso, é necessário que as Ads preparem e levem ao Congresso dossiês pormenorizados.

### **2. Campanha de reivindicações para 1986**

É certo que ganhos econômicos conseguidos mediante a greve poderão ser facilmente engolidos pela voracidade da inflação. Ademais,

também é certo que não consta da política salarial do Governo a recuperação das enormes perdas salariais que os docentes tiveram nos últimos anos. Ao organizar a pauta das reivindicações, o movimento docente precisa incorporar aquelas reivindicações não atendidas pela greve, bem como estabelecer as bases de sustentação dos ganhos já obtidos.

### PROPOSTA DE PAUTA

1. Reajuste que corrija integralmente o efeito da inflação sobre os salários entre setembro / 85 e março / 86.
2. Reajuste trimestral dos salários.
3. Reposição das perdas salariais.

Na última campanha empregamos o percentual de 38.5 como bandeira de reivindicações. Esse índice tem contra si o defeito de uma base de sustentação fraca. Todos lembram que se baseou inicialmente em um índice político, assumido da campanha das autarquias.

Hoje precisamos de uma base mais segura e socialmente defensável para bandeira de reivindicação. Por isso, um tal índice de reposição deve ser derivado das perdas salariais sofridas no tempo e calculado em relação aos salários mais altos já percebidos pelos docentes em anos anteriores.

As Fundações não dispõem hoje de um tal índice comum. Como é importante chegar a ele as ADs devem levar ao Congresso estudos das perdas salariais por categoria através do tempo.

4. Remuneração por dedicação exclusiva (RETIDE) 50% superior ao salário de TP-20 multiplicado por dois, incorporada o salário.
5. Índice de produtividade igual ao crescimento do PIB em 1985.
6. Aposentadoria integral através da universidade.
7. Verbas de 7,787 trilhões para o pleno funcionamento da universidade pública (fundação e autarquia).
8. Ampliação da concessão do RETIDE até atingir pelo menos 60% do corpo docente de cada IES.
9. Verbas para construção, instalação e manutenção de creches nos locais de trabalho.
10. Exclusão das universidades do decreto que proíbe contratações para o setor público.

### CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Se avaliada a situação da carreira do magistério superior somos levados às seguintes constatações:

- No setor das autarquias federais prevalece o sistema de carreira única, estando em debate certos pontos, (por ex., os critérios de progressão funcional) que demandam mudança a curto prazo.
- Nas fundações federais ainda estão em vigor as carreiras próprias de cada IES, embora o setor, mediante a greve de 45 dias (gosto – setembro / 85), tenha conseguido a unificação da carreira a partir de janeiro / 86.
- Entre as IES estaduais, as carreiras docentes são próprias a cada IES ou, ao máximo, gerias para o estado.
- E entre as IES Particulares o sistema de carreira docente com tempo contínuo praticamente não existe

Destacamos, no decorrer de 1985, dois fatos importantes: a definição, por parte do movimento docente nacional, de um conjunto de propostas sobre carreira do magistério superior e a conquista da carreira unificada entre as fundações.

O XI CONAD (Olinda-PE) avançou a definição de uma política de pessoal docente, na qual contempla princípios e formas de encaminhamento da carreira, avaliação do trabalho docente, regime de trabalho e capacitação.

A política de pessoal docente do XI CONAD serviu como base para a montagem de um plano único de cargos e salários para as fundações federais, negociado entre o MEC e o movimento docente, durante e após a greve de agosto – setembro de 1985.

O plano único de cargos e salários das fundações atende aos seguintes pontos definidos na “Proposta das Associações Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira”:

- 1- unicidade de carreira
- 2- isonomia salarial
- 3- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- 4- concurso público para ingresso na carreira e para o cargo de Titular
- 5- lotação cargos conforme as necessidades dos departamentos
- 6- progressão funcional à base de critérios de avaliação e titulação
- 7- remuneração do tempo de serviço mediante 5% a cada quinquênio
- 8- definição de dois regimes de trabalho: dedicação exclusiva e TP-20 horas, entrando em extinção os regimes de TP-40 e TP -12 horas.
- 9- instituição do semestre sabático com o objetivo de aperfeiçoamento
- 10- normatização do afastamento docente
- 11- instituição de uma política de capacitação docente fundada sobre uma carreira docente que estimula a titulação, sobre a inclusão nas necessidades de pessoal dos departamentos de um certo número de docentes que possibilite o afastamento para capacitação e sobre a manutenção dos benefícios e vantagens ao docente que se afaste para capacitação.

Desta forma, o plano das fundações, que deve vigorar a partir de janeiro / 86 contém a maioria das propostas da política de pessoal docente definidas por nosso movimento nacional.

A implementação dentro do setor estabelece a reivindicação de carreira unificada e isonomia salarial como uma meta viável de ser atingida em 1986 em todas as IES Públicas (federais e autárquicas).

Para uma avaliação do nível de viabilidade política dessa bandeira, deve-se atentar para o fato de que o Ministro da Educação, em audiência a diretoria da ANDES no dia 29/11, comprometeu-se a iniciar os estudos preparatórios para a implantação da isonomia e carreira unificada entre autarquias e fundações, tão logo tenha completado esta mesma tarefa no setor das fundações federais.

A implantação dos princípios da isonomia e carreira unificada requer que o movimento docente avance, durante o Congresso de Salvador, definições a respeito da data-base e do regime jurídico.

Enquanto autarquias e fundações tiverem datas-base de reajuste salarial não é possível completar a isonomia dos salários. O setor particular está propondo a mudança da data-base para maio. As vantagens da data-base em maio estão principalmente no fato de que recai no meio do semestre letivo, além de ser o mês do reajuste do salário mínimo. É, portanto, uma proposta adequada também para o setor público.

Para que seja viável a isonomia é necessário ainda que as autarquias sejam desvinculadas do Ministério da Administração ou que o grupo magistério seja dotado de condições próprias de funcionamento, dentro do grande grupo do funcionalismo público.

Em síntese, o movimento docente tem condições de avançar, em 1986, construindo a isonomia salarial e a carreira unificada, com todos os pressupostos necessários, no setor das IES Públicas.

No setor da IES Particulares, a luta pela criação de uma carreira docente articula-se com a distribuição de verbas públicas para IES particulares. O repasse de verbas públicas para IES particulares só pode ocorrer, de acordo com os princípios da ANDES, para capacitação docente, projetos de pesquisa e extensão, quando autônoma e democraticamente coordenados pelos docentes. Como contrapartida a tais repasses, exige-se da IES particular a implantação do regime de tempo contínuo para certos números dos docentes. Ora, já existem verbas públicas orçadas para este fim para 1986 (300 bilhões). Cabe, pois, ao movimento docente exigir a contrapartida da carreira docente.

### **Avaliação do Trabalho Docente**

A “Proposta das ADs e da ANDES para a Universidade Brasileira” entende a avaliação do trabalho docente em dois níveis intimamente relacionados.

1. Avaliação do desempenho do docente frente às funções básicas da universidade, que são formar bem, produzir o saber e servir à comunidade. As proposições principais dessa avaliação fazem parte da assim chamada política de pessoal docente.

A principal dificuldade encontrada pelo movimento docente está em criar formas concretas de avaliação, mediante as quais os princípios democráticos propostos superem os entraves provenientes do corporativismo exacerbado. A avaliação pelos pares, no departamento, não tem gerado formas eficazes, até o momento, de controlar o efeito do corporativismo.

Não seria temerário afirmar que o impasse quanto às formas políticas de implementar realisticamente essa avaliação radica na não explicitação, a nível da consciência e da ação política do movimento nacional, de uma outra dimensão básica frente a qual deve ser avaliado o trabalho docente.

2-A “Proposta das ADs e da ANDES” chama tal dimensão de política institucional da universidade: “É preciso redimensionar a função social da universidade, entendendo que é sua tarefa interferir nas transformações da sociedade, no sentido de propiciar uma estrutura social mais justa e que corresponda aos anseios majoritários da população...uma reformulação global das estruturas universitárias, para que a instituição possa de fato contribuir para uma nova sociedade, tanto do ponto vista da formação profissional, como da produção científica e cultura...O trabalho docente (ensino, pesquisa e extensão) precisa ser avaliado sistematicamente, a partir de critérios definidos de forma pública e democrática...” como forma de superar os critérios da racionalidade empresarial e da tecnocracia impingidos como valores absolutos às IES.

O caráter social e público da universidade deriva do caráter do ensino, pesquisa e extensão como serviços prestados à população. O movimento docente precisa avançar, no ano de 1986, na direção da implementação de formas públicas e democráticas de avaliação institucional. Além das Assembléias Gerais, que constituem um espaço privilegiado para esse fim, as IES podem proceder à avaliação anual de seu desempenho junto com segmentos representativos da população: associações, grupos organizados da comunidade local ou nacional.

## **V CONGRESSO NACIONAL DA ANDES – SALVADOR, 19 a 24/01/86.**

### **REGIMENTO INTERNO**

#### **CAPÍTULO I** **DO CONGRESSO**

Artigo 1º - Os docentes do ensino superior filiados a ANDES, reunir-se-ão no V Congresso, 19 a 24 de janeiro de 1986, em Salvador - BA

Parágrafo único – Cada Associação de Docentes terá direito a se fazer representar por uma delegação constituída conforme decisão do III Congresso, realizado em Piracicaba – SP, em fevereiro de 1984.

Artigo 2º - Congresso terá como finalidade deliberar sobre questões da pauta de trabalho a ser aprovado no seu início.

#### **CAPÍTULO II** **DOS ÓRGÃOS DO CONGRESSO**

Artigo 3º - O Congresso será constituído dos seguintes órgãos:

- I – Comissão Organizadora
- II – Comissão Diretora
- III – Grupos de Estudo
- IV – Plenária

Artigo 4º - Os trabalhos preparatórios do Congresso, incluindo as Seções de Abertura e Instalação, serão de responsabilidade da Comissão Organizadora.

Artigo 5º - O Congresso será dirigido pela Comissão Diretora, composta de 19 membros, sendo 17 da Diretoria da ANDES e 02 da Comissão Organizadora local.

Parágrafo Único - As Comissões Oficiais do Congresso são da Responsabilidade da Comissão Diretora

Artigo 6º - As Mesas Diretoras das Sessões Plenárias são assim constituídas:

- Presidente
- Vice – presidente

- Secretário Geral
- 02 sub – secretários

Parágrafo Único – A Comissão Diretora indicará entre seus membros os componentes das Mesas Diretoras

Artigo 7º - Ao Presidente compete:

- a) preparar, junto com o Secretário geral, a ordem do dia das Sessões Plenárias
- b) dirigir as Sessões Plenárias, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste;
- c) assinar as Atas das reuniões junto com o Secretário Geral.

Artigo 8º - O Vice – Presidente auxiliará o presidente os trabalhos da Mesa.

Parágrafo Único - O Vice – Presidente substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, na direção das Sessões.

Artigo 9º - Ao Secretário Geral compete preparar com o Presidente a ordem do dia das sessões Plenárias e elaborar e assinar suas Atas.

Artigo 10º - Aos Sub - Secretários compete auxiliar o Secretário Geral.

### **CAPÍTULO III** **DOS PARTICIPANTES**

Artigo 11º - Serão participantes do V Congresso Nacional da ANDES, os docentes do Ensino Superior inscritos e as pessoas convidadas pela Comissão Organizadora.

§ 1º - Os convidados, a critério da Comissão Organizadora terão direito a voz.

§ 2º - Os membros da delegação, devidamente credenciados, terão direito a voz e voto nos grupos e nas plenárias.

§ 3º - Os docentes do ensino superior não integrantes da delegação, devidamente credenciados, serão considerados Observadores e terão direito a voz nos grupos e nas plenárias.

## **CAPÍTULO IV** **DOS GRUPOS DE TRABALHO**

Artigo 12º - Os Grupos de Trabalho serão formados por Delegados e Observadores contando com, no máximo, 30 (trinta) Delegados.

Parágrafo Único – Serão formados tantos grupos quantos forem necessários, pela Comissão Organizadora, respeitando o seguinte critério: só poderá haver mais de 01 (um) Delegado por AD em cada Grupo caso a delegação tenha representantes em todos os grupos.

Artigo 13º - Os Grupos de Trabalho terão 01 (um) Presidente, 01 (um) Relator e 01 (um) Secretário, eleitos pelo grupo.

Artigo 14º - O Presidente dirigirá a reunião e assinará, com o Relator, o relatório do Grupo, encaminhando-o à Comissão Diretora.

Parágrafo Único – Deverá constar do Relatório o número de votos de cada Proposta.

Artigo 15º - Os relatores reunir-se-ão ao final dos trabalhos dos grupos para consolidação do relatório geral a ser apresentado na plenária.

Parágrafo Único – Do relatório geral somente constarão as propostas aprovadas por maioria absoluta em cada grupo e as propostas que, não tendo sido majoritárias, tenham obtido, no mínimo, 1/3 do total de grupos.

## **CAPÍTULO V** **DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES**

Artigo 16º - Quando uma proposição estiver em debate na plenária a palavra somente será concedida para discuti-la a quem se inscrever na Mesa Diretora, respeitada a ordem cronológica de inscrição.

Artigo 17º - A discussão em cada matéria poderá ser encerrada pela Mesa, após consulta à Plenária, atendida as inscrições feitas antes da decisão.

- Artigo 18º - As discussões e votações dos temas da Plenária terão o seguinte procedimento:
- a) fase de discussão, com tempo de 03 (três) minutos improrrogáveis para cada orador;
  - b) fase de encaminhamento de votação, com tempo de 03 (três) minutos improrrogáveis, com 01 (hum) encaminhamento contra e 01 (hum) a favor;
  - c) a votação será feita através de levantamento, pelos delegados, do cartão de voto;
  - d) toda deliberação será por maioria simples.
- Artigo 19º - O aparte poderá ser concedido pelo Orador e o tempo utilizado será descontado do tempo regimental do Orador.
- Artigo 20º - As questões de ordem terão preferência sobre qualquer assunto, sendo apreciadas pela Mesa, cabendo recurso ao Plenário.
- Parágrafo Único – Não serão aceitas questões de ordem durante o encaminhamento das votações.
- Artigo 21º - Em regime de votação não serão aceitas questões de ordem ou de esclarecimento.
- Artigo 22º - A ordem de inscrição será rigorosamente obedecida, não sendo permitido a nenhum orador ceder sua vez a outro.
- Artigo 23º - As deliberações serão tomadas com a presença mínima de 50% dos Delegados credenciados. Os casos omissos neste regimento serão solucionados pela Mesa Diretora.

## **GRUPO I**

1. Edson M Moraes	ADUSM
2. Edmundo F. Dias	ADUNICAMP
3. Hélio Cabral	ADUFERP
4. Francisco de A. Machado	ADUFMAT
5. Elcio Vercosa	ADUFAL
6. Silvério Toardes	ADUA
7. Rui Fernando Pereira	ADUFRJ
8. Cláudio Sherrer	AD UFRGs
9. Nilson Santos	APROPUC
10. Roberto de C. Giudano	ADUFSCAR
11. Ivan M. da Costa	ADUFU
12. Maria Leda R. de Barros	ADUFS
13. Márcia Benevenuto de Medeiros	ADUFES
14. Mancio L. Cordeiro	ADUFA
15. Maria Bernadete de Oliveira	ADURN
16. Maria das G. Martins	APUB
17. Maria da G. Bulhões	ADPPULRGS
18. Marai do S. Monteiro	ADUFPI
19. Wilson G. Acácio	APES – JF
20. Irene M. F. Barbosa	ADESP
21. Danise Aragão	ADUFPB
22. José D. C. Fernández	ADUFPB
23. Adalgisa M. V. Rosário	ADUNB
24. Roberto S. de Serqueira	ADUFPB
25. João B. Cunha	ADUFOP
26. Maria S. M. Coelho	ADUFRRN
27. Loreta Valadares	APUB
28. Lígia Vieira	APUB
29. Alzenira S. e Silva	ADURN
30. Eliane N. Silva	APUBH
31. Marlene A. Carneiro	ADUCSal

## GRUPO II

1. Ana Maria Beltrani	ADUSM
2. Helena C. L. Freitas	ADUNICAMP
3. Lúcia Maria Neves	ADUFPE
4. Elizabeth C. Bernardes	ADUFMAT
5. Maria Angélica da Silva	ADUFAL
6. Nelson Fraigi	ADUA
7. José Henrique Sanglail	AUFRJ
8. José Fraga Fachel	ADUFRGS
9. Vera Furlan	APROPUC
10. Francisco José da C. Alves	ADUFSCAR
11. Otaviano C. dos Santos	ADUFU
12. Erson M. de Oliveira	APROPUC
13. Ana Maria M. Ribeiro	ADUFF
14. Jurema R. Rouchi	ADOFIA
15. Vera Lúcia Rocha	ADURN
16. Albino Rubin	APUB
17. Júlio César de O. Boeira	ADPPUCRGS
18. Roberto G. Silva	ADUFPI
19. Vanderlei F. de Oliveira	APES – JF
20. Ricardo M. Miranda	AUR – RJ
21. Francisco Collares	ADUFPB
22. Natanael Rohor	ADUFPB
23. João Carlos F. Clímaco	ADUNB
24. Paulo César S. Ventura	ASPUV
25. Marcos V. Nascimento	ADUFEMS
26. Daniela Leutschuk	ADUSAL
27. Marco Antonio de Almeida	APUB
28. Nádia A. Castro	APUB
29. Clotildes Santos Tavares	ADURN
30. Nilton Muniz	APUFSC

### GRUPO III

1. Sergio Catermatori	ADUSM
2. José Sussuara Filho	ADUNICAMP
3. Maria Luiza Alécio	ADUFPe
4. Marília Costa Silva Shiraiwa	ADUFMAT
5. Luiz Augusto Gusmão	ADUFAL
6. Luiz Paulo Cunha	APROFURG
7. Hélio de Matos Alves	ADUFRJ
8. Maria Assunto Zanzeliz	ADUFRGS
9. Florismar Thomaz	ADUFPEL
10. Gil Vicente Reis de Figueiredo	ADUFSCAR
11. Carmem Luiza de Souza	ADUFU
12. Maria Amália Andiry	APROPUC
13. Maria Auxiliadora da Costa	ADUFF
14. Cleuza Bertoni	ADOFIA
15. Antonio Cabral Neto	ADURN
16. Maria de Nazaré Viana	APUB
17. Flávio Nassar	ADUFPA
18. Leda Aparecida Lovato	ADUEL
19. Ivana Versiani	APUBH
20. Hélio Patrocínio Leite	ADUR / RJ
21. Pedro Paulo Monteleone	ADEPM
22. Lianda Chaves	ADUFPB
23. Marco Antonio Sperb Leite	ADUF / GO
24. Rafael K. Xavier Bastos	ASPUV
25. Soraia Nassa Jiu	ADUFEMS
26. Leônidas Gonçalves	ADUFAC
27. Alberto São Paulo	APUB
28. Maria do Carmo Freitas	APUB
29. Célia Hottz	ADURN
30. Maria Luiza M. M. Pereira	ADUF / GO

## GRUPO IV

1. Soaia Elsinger	ADUSM
2. Matos Mendes da Rocha	ADUSU
3. Argentina Rosas	ADUFPE
4. Maria José Justino	ADUFPR
5. Isabel de Fátima Brandão	ADUFAL
6. Carlos Ademir de Lima	APROFURG
7. Rafael de H. Junior	ADUFRJ
8. Mário Sergio Vaz Cabeda	ADUFRGS
9. Luiz Henrique Schuch	ADUFPEL
10. Maria Heloisa Merhy	ADUFSCAR
11. Antonio Carlos R. Moraes	ADUSP
12. Silvia Helena Berelli	APROPUC
13. Pedro Castro	ADUFF
14. Marie France Henry	APROLUME
15. Marliria Ferreira da Nobrega	ADURN
16. Ana MarluCIA Assis	APUB
17. Nobert Feuzl	ADUFPA
18. Marcos Toledo Tito	ADUEL
19. Tarcisio Ferreira	APUBH
20. Valdomiro Neves Lima	ADURRJ
21. Juranyr D'Avila Assunção	ADEPM
22. Edna Maria Alves Valim	ADMED
23. Armenia de Souza	ADUF / GO
24. Adriel R. de Oliveira	ASPUV
25. Marilda Moutzling	ADUFPEL
26. Ismênia Martins	ADUFF
27. José Fernando Rocha	APUB
28. Hélia Borges	ADURN
29. Katarina Maria Câmara Martins	ADURN
30. Jean Bauzin	ADUCSAL

## GRUPO V

1. Maria Auxiliadora Lemenha	ADUFC
2. Márcia Alves	ADUSU
3. Carlos Bonomen	ADUFPe
4. Dário Pederneiros	ADUFPr
5. Amundson Portela Cavalcante	ADUFAL
6. Ângelo Naffissoni	APROFURG
7. Gumercinda Gonda	ADUFRJ
8. Paulo Coimbra Guedes	ADUFRGS
9. Sérgio Martins	ADUFPEL
10. Newton Lima Neto	ADUFSCAR
11. José Roberto Tambeiros	ADUSP
12. Marisa Werneck	APROPUC
13. Maria Elisa Canedo	ADUFF
14. Nilda C.M. Sandes	APRUMA
15. Pedro Antonio Lima Santos	ADURN
16. Doralice Alcoforado	APUB
17. Cauby Monteiro	ADUFPA
18. Antonio Carlos S.I. Souto	ADOS
19. Rodolfo de A. Braga	APUBH
20. Antonio Carlos Nogueira	ADUR / RJ
21. Gilberto Petty da Silva	ADEPM
22. Rodovalho Rego Solto	ADOFES
23. Divino Brandão	ADUF / GO
24. Nivaldo A. Soares	ASPUV
25. Márcia Brandão	ADUA
26. Helenira Aparecida Novo	ADUFE
27. Nelson Adion	APUB
28. Aldemir Freire	ADURN
29. Francisco de Sales Araújo	ADURN
30. Maria Célia da Silva	ADUFPB

## GRUPO IV

1. Aécio Oliveira	ADUFC
2. Maria Célia Guiru	ADUSU
3. Paulo Rosas	ADUFPE
4. Euclides Fontoura da Silva	ADUFPR
5. Maria de Fátima M. S. Ledo	ADUFAL
6. Romeu Lelistre Sobrinho	APROFURG
7. Cláudio Avila	ADUFRJ
8. Renato Oliveira	ADUFRGS
9. Luiz Paiva Carapeto	ADUFPEL
10. Osvaldo Mario S. Truzzi	ADUSCAR
11. Silvio Solinas	ADUSP
12. Maria Luiza S. Ribeiro	APROPUC
13. Abauna Burmayer	ADUFF
14. Regina Helena M. de Farias	APRUMA
15. Djalma Freire Borges	ADURN
16. Ana Maria Doimo	ADUFES
17. Marcos Palacio	ADUFPA
18. Jurandir Oliveira	ADOS
19. Geraldo Luiz M. Guedes	APUBH
20. Eduardo Gianotti	ADUNIMEP
21. Orlando F. Amoedo Boemo	ADEPM
22. Georgeochiama D. de Arcanjo	ADUCSAL
23. Darcy Costa	ADUF / GO
24. Francisca Valverde Garalti	ASPUV
25. Neide Gondin	ADUA
26. Maria Helite Freire	APUB
27. Ceres Fontes	APUB
28. Maria Nazaré Mendes	ADURN
29. João da Mata Costa	ADURN
30. João Silveira Cabral	ADUFPB

## GRUPO VII

1. Helena Lutercia Coelho	ADUFC
2. Francisco Caminha	ADUSU
3. José Cristovão Neira	ADUFPE
4. Sebastião Laroca	ADUFPR
5. Maria Bernarda C. Cordeiro	ADUFAL
6. João Yones	APROFURG
7. Norma Sarmiento Figueiredo	ADUFRJ
8. Juleuza Turra	APROPUC
9. Michel Hachal	ADUFPEL
10. Hamilton de Abreu	APUFSC
11. Alberto Rocha Barros	ADUSP
12. Marijane Vieira Lisboa	PROPUC
13. Vânia Maria K. de Martins	ADUFF
14. Maria Etelvina de O. Santos	APRUMA
15. Sebastião Carneiro	ADUR
16. Anilton Salles Garcia	ADUFES
17. Maria Celeste Medeiros	ADUFPA
18. Dan Oliveira Santana	ADOS
19. Fernando da M. Pimentel	APUBH
20. Suely Moreira	ADUNIMEP
21. Eduardo C. Ribeiro	ADEPM
22. Regina Célia Gonçalves	FAFIG
23. Pedro Célio Borges	ADUFGO
24. Cristina Carole Maggla	ASPUV
25. Nadja A. do Nascimento	ADUFAL
26. Maria Margarida Genê	APUB
27. Albênia Maria F. de Oliveira	APUB
28. José Fernandes	ADURN
29. Gilvan Luiz Borba	ADURN
30. Emir Candeia Gurjão	ADUFPB

## GRUPO VIII

1. Gouvan C. de Magalhães	ADUFC
2. João Ferreira	ADUSU
3. André Furtado	ADUFPE
4. Carlos Peraro Filho	ADUFPR
5. Marcos Barros	ADUA
6. Marilene Zepka	APROFURG
7. Moacir Barreto Júnior	ADUFRJ
8. Elizabeth Pádua	APROPUC
9. Ângela Maria N. Maus	ADUFPEL
10. Jorge Lorenzeth	APUFSC
11. Francisco Miragli Silvino	ADUSP
12. Celson Antonio Pacheco Fiorilho	APROPUC
13. Auta Sthefan de Souza	ADUFF
14. Valter Pires Pereira	ADUSB
15. João Augusto Rocha	APUB
16. Marcos Vinícios Brandis	ADUFES
17. Terezinha de Jesus Torres	ADUFPA
18. Diva Chaves Sarmento	APESJF
19. Stael Luiza Santana	APUBH
20. Lineu Maftezoli	ADUNIMEP
21. Antonio Barbieri	ADEPM
22. Orlando Bordallo Junior	ADFCAP
23. Antonio Teixeira Neto	ADUFGO
24. Anibal Moura	ADUEM
25. Nadeja Braynet	ADUFPE
26. Paulo Balanco	APUB
27. Carlos Moreira	APUB
28. Martha Araújo	ADURN
29. Francisca de Assis P. da Silva	ADURN
30 Antonio Eustáquio R. Travassos	ADUFPB

## GRUPO IX

1. José da R. Furtado Filho	ADUFC
2. Heloísa N. de Moraes	ADUFPE
3. Walmir Esper	ADUFPR
4. Isabel Valle	ADUA
5. Francisca F. dos Santos Perdigão	ADUNIR
6. Vivaldo José de Castro	ADUFRJ
7. Berenice Rosa Francisca	APROPUC
8. Rosa Maria Rolim Moura	ADUFPEL
9. Eloá Campos	APUFSC
10. Silvino Alves de Carvalho	ADUSP
11. Fábio Correa Dutra	ADUES
12. Miriam Limoeiro Cardoso	ADUFF
13. José Raimundo Freitas	ADUSB
14. Othon Jambeiro	APUB
15. Miguel Palouro	ADPPUCRGS
16. Manoel Pinto da Silva Junior	AUFPA
17. Guilherme Narciso Lacerda	APESJF
18. Rosângela Alvim	APUBH
19. Tanira Prassentini	APUFSC
20. Rubens Pinto Lira	ADUFPB
21. Berenice Consetti	ADUCS
22. Victor Alves Neves	ADUFGO
23. Ângela Cruz	ADUEM
24. Sergio Coutinho	ADUFPE
25. Jaceni Chaves	APUB
26. Antonio Barra	APUB
27. Maria do Socorro G. da Costa	ADURN
28. Leila Mourão	ADURPA
29. José Luiz de Souza	ADUFPB

## GRUPO X

1. Elza Franco	ADUFC
2. Dirce Eleomra	ADUSU
3. Edvaldo Oliveira	ADUFPE
4. Maria Lúcia Patitucci	ADUFPR
5. Manoel Dias Galvão	ADUA
6. Luzia Ferreira Peixoto	APUCGO
7. Aluisio Ribeiro da Costa	ADUFRJ
8. Rose Toldra	APROPUC
9. Luiz Alberto dos Santos	ADUFS
10. Neila Machado	ADUFSC
11. Erivaldo Fagundes Neves	ADUFS
12. Renato Viana Soares	ADUFES
13. Heloísa Galver Colett	ADUFF
14. Elias M. Dourado	ADUSB
15. Sofia Olzewiski	APUB
16. Elizabeth Codi	ADPPUCRGS
17. Sinfrônio Moraes	ADUFPA
18. Gilvan Procópio Ribeiro	APESJF
19. Ana Maria Soares	APUBH
20. José Medeiros	APUFSC
21. Milton Athayde	ADUFPB
22. Elicio Pontes	ADUNB
23. Clemilda de Souza	ADUFPB
24. Jonas Wery	ADUEM
25. Renato Atílio Jorge	ADUNICAMP
26. Mirella Márcia Vieira Lima	APUB
27. Suzana Cardoso	APUB
28. Edna Furtado	ADURN
29. Aloísio Leal	ADUFPA
30. Albericio Pereira de Andrade	ADUFPB

## GRUPO XI

1. Assacro Ferreira	ADUFC
2. Paulo Sérgio Gulart	ASDUERJ
3. Alice M. T. de Sabóia	ADUFMAT
4. Dulce Bueno	ADUFPR
5. Moacir L. Filho	ADUA
6. Elber Chaves de Oliveira	APUC-GO
7. Clibano Scheid	ADINUSINOS
8. Helena Monteiro	APROPUC
9. José Cost - Almeida	ADUFS
10. Marcelo Fragkemberg	ADUFSC
11. José Carlos de Santana	ADFS
12. Marco G. de Araújo	ADUFES
13. Gilmar de Campos	ADUFAC
14. Macio J. Capriclione	ADURN
15. Joviniano Neto	APUB
16. Ivanilda Hanser	ADPPUCRGS
17. Dárcio A. Passos	ADUFPJ
18. Lena Lima Reis	APES –JF
19. José Mauricio Machado	APUBH
20. Isolda Espindola	APUFSC
21. Paulo Adissi	ADUFPB
22. Marialice Pitaguary	ADUNB
23. Adeildo Rosa L. Junior	ADUFPB
24. Alberto Nobre Mendes	ADUFOP
25. Iacy Mendonça	ADUFC
26. Marco Antonio Pereira	APUB
27. Oscar Dourado	APUB
28. Maria Marleuza F. Souza	ADURN
29. Marccone Magalhães	ADUFPA
30. Elisia V. Soares	ADUFPB

## GRUPO XII

1. Maria F. Presser	ADUNICAMP
2. Martha Maria Pessoa	ADUFERP
3. José Domingues de G. Filho	ADUFMAT
4. Cida A. Santos	ASUFPR
5. Graça Barreto	ADUA
6. Joel Teodósio	ADUFRJ
7. Vanderlei Felix	ADUNISSINOS
8. Zilda Ribeiro	APROPUC
9. Neilza D. de Oliveira	ADUFS
10. Arquimedes D. Ciclone	ADUFU
11. Jorge Luiz B. Nóvoa	ADUFS
12. João Clisostomos C. Grande	ADUFES
13. Clodomir Monteiro Silva	ADUFAC
14. João Emanuel oliveira	ADURN
15. Iracy Picanço	APUB
16. José Edil Alves	ADPPUCRGS
17. Antonio Rodrigues	ADUFPI
18. Henrique Delvaux de Oliveira	APES – JF
19. Luiz de C. Bicalho	APUBH
20. Osvaldo Maciel	APUFSC
21. Magaleine Ribeiro	ADUFPB
22. João Antonio Esteves	ADUNB
23. Olivia Moreira Furtado	ADUFPB
24. Cibeli Cardoso Renaud	ADUFOP
25. Lúcio M.de Souza	ADUFRRN
26. João Damásio	APUB
27. Vera Peixinho	APUB
28. Joana Maria Dantas	ADURN
29. Laura Saré	ADUFPA
30. Givaldo Hipólito Dantas	ADUFPB

V CONGRESSO DA ANDES – SALVADOR, JANEIRO / 86  
RELATÓRIO CONSOLIDADO DOS GRUPOS MISTOS  
TEMA 4: QUESTÕES ORGANIZATIVAS

## INTRODUÇÃO

O tema 4 foi discutido apenas em 3 grupos, a saber: 3, 4/5 e 8. Os demais não conseguiram fazê-lo face à exigüidade do tempo efetivo para o seu trabalho. Utilizou – se como texto – base “A situação da Financeira da ANDES”, (mimeo) e “Divisão da Regional Sul” do Boletim nº 24 da ANDES.

### 4.1 – FINANÇAS

- a) Aprovação do item 1 ( Grupos 3 e 4/5)
- b) Em relação ao item 2, alínea “C”:

b.1) Correção do texto para “... e o crescimento da inflação: propomos o reajuste de acordo com o IPCA nas mensalidades...”

b.2) Remeter a alínea “C” à deliberação da Plenária do Congresso ( Grupo 3).

- c) Recomendação;

Implantação de um sistema de cobrança automática vigente para o período de cada reajuste de mensalidade.

Os “bloquetas” ou notas promissórias deverão ser assinadas pelo tesoureiro e presidente das AD’s. Poderão ser isentados do sistema de cobrança automática as AD’s que não tenham implantado ainda o sistema de desconto em folha de pagamento (Grupo 4/5).

### 4.2 – REGIONAL SUL

- a) Aprovada a recomendação da Regional Sul (Grupos 3, 4/5 e 8)
- b) Recomendação:

“que a fundamentação encaminhada ao V Congresso da ANDES pela Regional Sul pleiteando será subdivisão em duas regionais seja adotada pela ANDES como subsídios para a elaboração de critérios gerais tendo em vista futuras subdivisões”

## **V CONGRESSO NACIONAL DA ANDES ALGUMAS ORIENTAÇÕES PARA SE ENTENDER UM BALANÇO**

### **01. O QUE É BALANÇO?**

O BALANÇO Patrimonial é uma das Demonstrações Financeiras feitas pelas empresas. É a que mostra uma posição estática da empresa numa determinada data, normalmente 31 de dezembro. É como se tirássemos uma fotografia, onde aparece o ATIVO, o PASSIVO e o PATRIMÔNIO LÍQUIDO da Empresa, na data considerada.

### **02. O QUE É ATIVO?**

É a parte do Balanço que registra onde estão aplicados os recursos da empresa. Ou seja, os bens e os direitos que ela possui. O ATIVO inclui, por exemplo, os saldos em caixas e bancos, estoques, equipamentos, imóveis, duplicatas a receber, etc.

### **03. O QUE É PASSIVO?**

São recursos de terceiros colocados na empresa, isto é, obrigações ou dívidas.

### **04. O QUE É PATRIMÔNIO LÍQUIDO?**

É a parte dos recursos colocados na empresa que é verdadeiramente de propriedade de todos os seus acionistas, ou seja, dos seus donos.

### **05. O QUE É DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO?**

É a demonstração que mostra, como num filme, de que forma ou lucro ou prejuízo foi apurado, ordenando as receitas, os custos e as despesas.

### **06. PARA QUE SERVEM AS NOTAS EXPLICATIVAS?**

As notas Explicativas esclarecem pontos que a linguagem contábil não consegue retratar ou detalha informações contidas nas Demonstrações, Tecnicamente, as Notas Explicativas são divididas em 3 partes: a primeira, para tratar das práticas contábeis adotadas; a segunda, para indicar atos de administração que possam vir a ter efeitos futuros; e a terceira, para complementar informações que possibilitem uma adequada interpretação das Demonstrações Financeiras. Normalmente, também pode ser utilizada

a Nota Explicativa para detalhar alguma informação contida no parecer do Auditor.

#### 07. DE QUE FORMA É DIVIDIDO O BALANÇO PATRIMONIAL?

Ele é dividido em grandes grupos, denominados ATIVO, PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO, representados graficamente como abaixo:

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>ATIVO</b>  (bens + direitos)	<b>PASSIVO</b> (obrigações com terceiros)  <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> (recursos dos proprietários)

#### 08. POR QUE ESSA DIVISÃO?

Porque não basta apresentar uma lista do que se tem (representado no Ativo através dos bens e direitos). É necessário apresentar de onde vieram os recursos aí aplicados. Esses recursos podem ter vindo de terceiros (apresentados sob o título de Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo) ou representam aplicações dos acionistas, o que está demonstrado no Patrimônio Líquido.

#### 09. O QUE É ATIVO CIRCULANTE?

O Ativo Circulante é onde são registrados o dinheiro da empresa e os direitos que serão recebidos em dinheiro, serviços ou bens, e os estoques que serão vendidos e recebidos em prazo superior a 360 dias. As contas comumente apresentadas sob esse título são: Caixas e Bancos, Aplicações no Mercado Aberto, Contas a Receber de Clientes e Estoque de Mercadorias. Os estoques estão registrados pelo seu preço de compra ou de fabricação, as contas a receber são diminuídas de perdas consideradas prováveis e, caso alguma mercadoria ou produto custou mais do que seu atual valor de mercado, no balanço você vai encontrar um ajuste sob forma de provisão para perdas.

O Ativo Circulante é também chamado de “Capital de Giro”. Representa, em poucas palavras, os recursos totais que estarão girando num curto espaço de tempo – 1 ano.

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Referentes ao Exercício encerrado em 31.12.85

01. Diretrizes Contábeis: As principais Diretrizes Contábeis, nas quais Entidade se baseia para a elaboração de suas Demonstrações Financeiras, levam em conta, dentre outros, os seguintes aspectos:

a) Elaboração das demonstrações de acordo com as disposições pertinentes, tanto legais como administrativas, especialmente no que diz respeito às “Sociedades de Fins Ideais”;

b) Tanto as Despesas como as Receitas, são reconhecidas (registradas) pelo regime de Competência dos Exercícios;

c) Os valores realizáveis e / ou exigíveis, no decorrer do exercício em curso e / ou seguinte, são classificadas como Ativo e Passivo Circulante, respectivamente.

02. Suprimentos a Diretores: Alguns Diretores não remeteram suas Prestações de Contas – a tempo – para serem contabilizadas, quando da elaboração das presentes demonstrações, portanto tais valores estão deduzidos do Superávit do Exercício (Patrimônio Líquido), pois os mesmos já foram convertidos em despesas;

03. Contribuição de Associados: Neste item (única receita da entidade) estão computadas todas as contribuições repassadas pelas AD's, referentes ao período compreendido de Janeiro / 85 a dezembro / 85, além de contribuições do Exercício anterior (1984);

04. Despesas com Divulgação: Custo dos Boletins da ANDES, editados durante o Exercício, este custo engloba: todo o processo gráfico, o pagamento de jornalistas, como também as despesas de distribuição. Esta conta incorpora ainda outros custos de divulgação, como: confecção de cartazes, faixas, informativos, etc.

Reconhecendo a exatidão das presentes Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial e a Demonstração do Superávit do Período, como também as Notas Explicativas às Demonstrações financeiras, referentes ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 1985, ora apresentadas em comparação com as Demonstrações referentes ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 1984.

Vitória / ES, 16 de Janeiro de 1986.

Maria José Feres Pinto  
Presidenta

Geraldo A. M. de Oliveira  
Contador

Benedito Tadeu César  
1º Tesoureiro

## DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT

Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro

RECEITA	679.540.980	153.262.913
Contribuição de Associados	679.540.980	153.262.913
DESPESAS	569.963.174	148.610.225
Despesas Administrativas	60.504.368	8.888.391
Ordenados & Salários	45.833.604	6.629.426
Contribuições p/ IAPAS	10.545.728	1.635.779
Contribuições p/ FGTS	3.666.700	547.443
PIS s/ FI Pagamento	458.336	75.743
Serviços de Terceiros	100.465.624	31.900.914
Telefone e Telex	55.918.467	19.579.611
Correios e Malotes	13.003.260	2.912.303
Honorários Profissionais	14.000.000	4.222.000
Serviços Avulsos	17.543.897	5.187.000
Despesas Gerais	354.458.953	87.651.125
Viagens e representações	314.364.428	72.837.976
Diárias	26.710.602	11.336.363
Material de Escritório	5.638.702	1.496.839
Combustíveis e Lubrificantes	3.712.950	1.237.270
Gastos c/ Condução	2.183.930	468.435
Lanches & Refeições	1.136.430	
Despesas c/ Hospedagens	394.545	
Manutenção & Reparos	253.126	75.400
Copa, Cozinha, Refeitório	44.240	26.750
Conservação & Limpeza	20.00	
Fretes & Carretos		172.092
Outras Despesas	57.918.812	16.531.830
Despesas c/ Divulgação	40.942.589	11.833.457
Despesas c/ Xerox	12.728.485	3.870.635
Jornais Revistas & Publicações	2.734.711	245.229
Contribuições e Doações	750.000	130.000
Participação em Congressos		140.000
Comemorações & Recepções		80.500
Despesas Diversas	45.698	
Multas Fiscais	717.329	

Despesas Financeiras		
Juros Pagos / Incorridos	21.246.162	3.330.232
Despesas Bancárias	2.369.255	307.729
Extinção Centavos / Lei 7214.84		4
<b>SUPERÁVIT DO PERÍODO</b>	<b>82.577.806</b>	<b>4.652.688</b>

Vitória / ES, 16 de Janeiro de 1986.

Maria José Feres Pinto  
Presidenta

Geraldo A. M. de Oliveira  
Contador

Benedito Tadeu César  
1º Tesoureiro

## BALANÇO PATRIMONIAL

Referente aos Períodos Encerrados em:

	Dez. 85	Dez. 84
ATIVO	222.519.739	33.367.824
ATIVO CIRCULANTE	221.775.852	32.623.937
Disponibilidade	50.583.885	4.835.561
Caixa	13.966.192	32.003
Bancos c/ Movimento	36.617.693	4.803.558
Valores Realizáveis a Curto Prazo	171.191.967	27.788.376
Contribuições a Receber	167.302.403	25.362.600
Adiantamentos	1.000.000	
Suprimentos a Diretores		980.994
Investimento em Formação	2.889.564	1.444.782
ATIVO PERMANENTE	743.887	743.887
Imobilizado	743.887	743.887
Máquinas & Equipamentos	355.387	355.387
Móveis & Utensílios	119.600	119.600
Direitos s/ Telefones	268.900	268.900
PASSIVO	222.519.739	33.367.824
PASSIVO CIRCULANTE	132.000.325	21.792.510
Duplicatas a pagar	112.010.817	16.548.677
Empréstimos de Diretores		2.650.993
Obrigações Sociais	18.620.769	18.620.769
Obrigações Tributárias	1.368.739	100.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.519.414	11.575.314
Patrimônio Social	90.519.414	11.575.314
Superávit de Exercs Anteriores	11.575.314	6.922.626
Superávit do Período	82.577.806	4.652.688
(-) Suprimentos a Diretores	3.633.706	

Vitória / ES, 16 de Janeiro de 1986.

Maria José Feres Pinto  
Presidenta

Geraldo A. M. de Oliveira  
Contador

Benedito Tadeu César  
1º Tesoureiro

## V CONGRESSO NACIONAL DA ANDES

### PORQUE A INCLUSÃO DA PRODUTIVIDADE NA PAUTA DAS FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS

Que é produtividade?

O trabalho de uma população durante um ano gera uma total de bens e serviços chamado Produto. Este total é medido em valores monetários (dinheiro) e pode aumentar ou diminuir dependendo da eficiência com que sejam utilizados os agentes. A relação entre o trabalho e o resultado do produto é a produtividade. Foi produzido mais riquezas com o mesmo esforço, logo a sociedade como um todo está utilizando seus recursos de maneira mais eficiente e está ficando mais rica. O bolo de bens e serviços à disposição da população é maior. Se pudesse ser dividido igualmente por todos, caberia uma fatia maior para cada um. Mas se os salários permanecerem no mesmo nível o aumento do bolo beneficiará apenas os patrões, indiretamente, o Estado, pela maior arrecadação dos impostos.

A discussão da Produtividade no Brasil

O governo Figueiredo encarava a questão salarial dentro da ótica dos monetaristas, segundo a qual, quanto maior a quantidade de dinheiro nas mãos dos consumidores, maior a inflação. Era preciso, portanto, conter os salários. Mas o movimento sindical estava em franca extensão no país e, com isso, onde era mais organizado estava arrancando dos patrões aumentos salariais reais (acima da inflação). Era preciso portanto impedir legalmente que, através da negociação e com base em pressão organizada, os trabalhadores elevassem seus salários. A saída para o governo foi proibir reajustes salariais com índices superiores ao INPC, e autorizar negociações entre trabalhadores e patrões apenas quanto a um índice adicional de produtividade.

Ora, em muito setores da economia é extremamente difícil, e em outros impossível, medir a produtividade. O que o governo pretendia era estabelecer um teto intransponível para o aumento dos salários reais: nenhuma categoria de trabalhadores poderia ter aumento real maior do que o crescimento real da economia; e as categorias com menor poder de barganha teriam um aumento real menor, ou nulo, ou mesmo sofreriam uma perda real (reajustes abaixo do INPC). Com isso, no conjunto da economia o governo conseguiria, na pior (pra ele, governo) das hipóteses, que a

massa total dos salários crescesse pouco mais que a inflação, mas bem abaixo do crescimento da produtividade.

Mas houve outra conseqüência. O próprio governo contribuiu para que os trabalhadores vissem como um direito seu reivindicar reajustes salariais que não apenas compensassem o da economia. A questão da produtividade tornou-se presente para todos os aumento do custo de vida, mas que também crescessem de acordo com o crescimento trabalhadores, inclusive para aqueles em cujo trabalho é tecnicamente impossível medir um aumento da produtividade.

A questão envolve, portanto todas as categorias de trabalhadores assalariados, inclusive os funcionários públicos. O que inclui os professores universitários – que, com seu trabalho, formam pessoas, elaboram pesquisas, desenvolvem a ciência e a tecnologia que viabilizarão o crescimento da produtividade na economia.

A produtividade na nossa pauta de reivindicação

O Próprio governo atual reconhece ter havido um crescimento da produtividade em média, no conjunto da economia, em torno de 6%. Portanto, exigir, além do reajuste salarial de 100% do IPCA, aumento real de 6%, a título de produtividade, significa exigir que seja repartido o aumento do bolo, ao invés de aceitar que todo esse aumento vá para os capitalistas e o Estado. Os professores universitários, como todos os demais trabalhadores, têm o direito de apresentar também essa exigência.

## V CONGRESSO NACIONAL DA ANDES

### MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes do ensino superior, reunidos no V Congresso Nacional da ANDES, realizado de 19 a 24 de janeiro em Salvador, tomando conhecimento da situação de autoritarismo vigente na Universidade de Caxias do Sul – RS, vêm a público denunciar que:

- a) a UCS vem sendo dominada, há 12 anos, por uma estrutura administrativa e pedagógica extremamente conservadora e interessada, sobretudo, em manter-se no poder, de todas as formas possíveis;
- b) o atual Reitor, Prof<sup>o</sup> Alvelino Vicente Vazatta, no início do corrente ano, numa atitude indigna e antidemocrática, surpreendeu a comunidade universitária e a comunidade caxiense em geral, antecipando as eleições para o dia 07 de janeiro próximo passado, quando a Universidade encontrava-se esvaziada da quase totalidade de seus professores, alunos e funcionários;
- c) com esse golpe, o Reitor Vazatta conseguiu reeleger-se para um quarto mandato consecutivo, que integralizará, no final, uma gestão de dezesseis anos na direção da Universidade de Caxias do Sul, marcada por um crescente centralismo e um forte sectarismo;
- d) os segmentos da comunidade universitária, por dispositivo estatutário extremamente reacionário, não têm acesso algum, nem com voz nem voto, no Conselho Diretor da UCS, que decide as questões mais importantes vinculados ao destino da Instituição;
- e) esse mesmo Conselho Diretor acabou por desrespeitar a lista sêxtupla definida num processo eleitoral sério e legítimo, com a participação de 4.700 membros da Comunidade universitária.

Assim, repudiam de forma cabal as medidas tomadas pelo Reitor Vazatta, de forma arbitrária sem o menor respeito para a comunidade caxiense.

Salvador, 24 de janeiro de 1986.  
V Congresso Nacional da ANDES

Ofício Circular nº 096/85 – SG

Florianópolis, 01 de dezembro de 1985

Da: Secretaria Geral  
Para: ADs e Diretores

Assunto: V Congresso Nacional da ANDES

Companheiros

Estamos remetendo em anexo a Convocação para o V Congresso Nacional da ANDES, a realizar-se de 19 a 24 de janeiro de 1986 em Salvador – BA, tendo como AD sede a APUB – Associação dos Professores Universitários da Bahia.

Sem mais pra o momento, aproveitamos a oportunidade e apresentamos nossas mais cordiais

Saudações

Prof. Raul Guenther  
Secretário Geral

## V Congresso Nacional da ANDES

### CONVOCAÇÃO

De acordo com o artigo 23 do Estatuto procedemos a convocação do V Congresso Nacional da ANDES, nos termos definidos pelo XX CONAD (Conselho Nacional de Associações de Docentes).

#### 1- Local e data

O V Congresso Nacional da ANDES (V CN) será realizado no período de 19 a 24 de janeiro de 1986, na cidade de Salvador – BA.

#### 2- Participação

2.1 – A participação dos docentes de ensino superior, na condição de delegados ao Congresso, se fará exclusivamente através das Associações de Docentes filiadas à ANDES ou das comissões Pró – ADs reconhecidas pelas vice – presidências regionais da ANDES.

2.2 – O Congresso estará aberto à participação de docentes, na condição de observadores, desde que inscritos na secretaria do V CN e mediante o pagamento da taxa de inscrição.

2.3 – Poderão participar ainda, na condição de convidados, representantes de outras entidades, a critério da comissão organizadora do V CN.

2.4 – O número de delegados a que cada AD tem direito obedece ao critério de proporcionalidade abaixo, estabelecido em relação ao número de associados contribuintes, indicados pela Associação na sua contribuição financeira à ANDES referente ao mês 12/85.

#### ASSOCIADOS CONTRIBUINTES

#### DELEGADOS

Até 100	01
De 101 a 200	02
De 201 a 300	03
De 301 a 400	04
De 401 a 500	05
De 501 a 750	06
De 750 a 1000	07
De 1001 a 1500	08
De 1501 a 2000	09
De 2001 a 2500	10
De 2501 a 3000	11
De 3001 a 3500	12